



Diário Oficial do Poder Legislativo

Home Page: www.aleac.ac.gov.br

4ª Sessão Legislativa
da 11ª Legislatura

ANO XLIV

RIO BRANCO - AC, 14 DE JUNHO DE 2006

N.º 3538

MESA DIRETORA

SÉRGIO OLIVEIRA
Presidente

JUAREZ LEITÃO
1º Secretário

MOISÉS DINIZ
2º Secretário

HELDER PAIVA
1º Vice- Presidente

DINHA CARVALHO
2ª Vice- Presidenta

FRANCISCO VIGA
3º Secretário

DELORGEM CAMPOS
4º Secretário

GABINETE DAS LIDERANÇAS

BPM - Elson Santiago

PMDB - Chagas Romão

PSDB - Luiz Gonzaga

PP - José Bestene

PDT- Luiz Calixto

PPS - Tarcísio Medeiros

Líder do Governo - Edvaldo Magalhães

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PT - Fernando Melo, Juarez Leitão, Naluh Gouveia, Pe. Valmir Figueredo, Francisco Viga e Taumaturgo Lima.

BPM - Edvaldo Magalhães, Elson Santiago, Moisés Diniz, Sérgio Oliveira e José Luis.

PSB - Delorgem Campos.

PL - Dinha Carvalho.

PMDB - Antônia Sales, Chagas Romão e Hélio Lopes.

PSDB - Luiz Gonzaga, Helder Paiva e José Vieira.

PP - José Bestene e Roberto Filho.

PDT- Luiz Calixto.

PPS - Tarcísio Medeiros e Nogueira Lima.

Atos do Poder Legislativo

DECRETO LEGISLATIVO N. 2 /2006

"Referenda o nome do bacharel em Ciências Contábeis **JOSÉ DE ANCHIETA BATISTA** para assumir o cargo de Diretor-Presidente do ACREPREVIDÊNCIA."

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre aprova e a Mesa Diretora decreta o seguinte:

Art. 1º Fica referendado o nome do bacharel em Ciências Contábeis **JOSÉ DE ANCHIETA BATISTA** para assumir o cargo de Diretor-Presidente do ACREPREVIDÊNCIA, para um mandato de três anos, prorrogável por igual período.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "**MILTON DE MATOS ROCHA**",
07 de junho de 2006.

Deputado **Sérgio Oliveira**
Presidente

Deputado **Juarez Leitão**
1º Secretário

Deputado **Moisés Diniz**
2º Secretário

5ª SESSÃO SOLENE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 14 de junho de 2006

Presidência: Deputados **HELDER PAIVA** e **DINHA CARVALHO**

Secretaria: Deputado **DELOGEM CAMPOS**

PRESENTES: Deputados **FERNANDO MELO**, **JUAREZ LEITÃO**, **NALUH GOUVEIA**, Pe. **VALMIR FIGUEREDO**, **FRANCISCO VIGA**, **TAUMATURGO LIMA**, do **PT**; **EDVALDO MAGALHÃES**, **ELSON SANTIAGO**, **MOISÉS DINIZ**, **SÉRGIO OLIVEIRA**, **JOSÉ LUIS**, do **BPM**; **ANTONIA SALES**, **CHAGAS ROMÃO**, **HÉLIO LOPES**, do **PMDB**; **LUIZ GONZAGA**, **HELDER PAIVA**, **JOSÉ VIEIRA**, do **PSDB**; **TARCÍSIO MEDEIROS**, **NOGUEIRA LIMA**, do **PPS**; **JOSÉ BESTENE**, **ROBERTO FILHO**, do **PP**; **DELOGEM CAMPOS**, do **PSB**; **DINHA CARVALHO**, do **PL**; **LUIZ CALIXTO**, do **PDT**.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

Expediente

Ofício n. 34/2006, do Coordenador do CFO, Roberto Marques da Silva – 1º Ten. PM, solicitando a doação de 100 (cem) exemplares atualizados das Constituições Federal e Estadual, a esta Academia;

Ofício n. 68/2006, do Comandante Geral da CBMAC, Francisco de Assis Jardim – Cel. PM, encaminhando as alterações da Lei 528/74, que trata do Estatuto dos Policiais Militares do Acre, visando a adequação aos novos Concursos Públicos da PMAC e CBMAC;

OF.GP. N. 233/2006, da Presidenta do Tribunal Eleitoral do Acre, Desembargadora Izaura Maia, solicitando a disponibilidade dos servidores Edevaldo da Silva Souza e Walter Sobreira Lima Filho, pertencentes ao quadro efetivo desta Casa, objetivando a prestação de serviços na Secretaria deste Tribunal, até o dia 31 de dezembro de 2006, com ônus para o órgão de origem (Lei n. 6999/1982 e Resolução TSE n. 20.753/2000);

Ofício n. 320/GSMTT/2006, do Superintendente Municipal de Transportes e Trânsito, Engenheiro Ricardo Lopes Torres, em resposta à Indicação n. 97/2006, de autoria do Deputado José Luis, informando que tal solicitação de alteração do percurso da linha Pólo Belo Jardim já foi discutida anteriormente, aguardando para entrar em operação em breve, após a conclusão de uma reforma no carro (ônibus) que faz o

percurso;

Carta, do Ministério da Saúde, informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde em cumprimento ao art. 1º da Lei N. 9.452, de 20/03/1997;

Mensagem N. 890/2006, de autoria do Poder Executivo, o qual "Autoriza o Poder Executivo a realizar a cessão de imóvel urbano, de propriedade do Estado do Acre ao Município de Sena Madureira";

Mensagem N. 891/2006, de autoria do Poder Executivo, o qual "Autoriza o Poder Executivo a alienar os bens móveis inservíveis dos órgãos da administração pública direta e indireta estadual";

Mensagem N. 892/2006, de autoria do Poder Executivo, o qual "Altera dispositivo da Lei n. 528, de 13 de maio de 1974".

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Suspendemos a Sessão, por tempo indeterminado, para entendimento entre as bancadas. (PAUSA)

Reaberta a Sessão e atendendo ao Requerimento n. 37/2006, de autoria do Deputado Moisés Diniz, a presente Sessão tem como objetivo debatermos as questões ligadas a criança, ao adolescente e ao trabalho infantil no nosso Estado.

Pedimos as lideranças partidárias que acompanhem os nossos convidados ao plenário. (PAUSA)

Convidamos a Dra. Katia Guimarães, Promotora da Infância e Juventude no Acre; a Senhora Maria das Graças Alves, Secretária Estadual de Cidadania e Assistência Social; a Senhora Estefânia Pontes, Secretária Municipal do Bem Estar Social; o Senhor Manoel Quintela, Delegado Regional do Trabalho; Padre Raimundo, representando a Diocese de Rio Branco, para comporem a Mesa. Sejam bem-vindos.

Com a palavra o Deputado Moisés Diniz, autor do Requerimento.

Deputado **MOISÉS DINIZ** (BPM) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros da luta contra o trabalho infantil, tanto da área governamental como não-governamental; Secretários de Estado; Secretários de Municípios; dirigentes do Governo Federal; entidades, hoje, pela manhã, quando comecei a organizar a vinda para a Assembleia, fiquei a imaginar como seria discutir esse tema nesse momento de copa do mundo e de campanha eleitoral. Mesmo assim, está presente uma quantidade expressiva de Deputados. Os Senhores devem saber que diferente de outras profissões, outras funções públicas, o Deputado precisa do voto para se eleger. Por isso, quando chega nessa época nós temos que sair em busca do voto, e não é fácil cumprimos a função de Deputado nessa época. Muitas pessoas não compreendem e nos criticam. Não é fácil temos que viajar para os seringais nos altos rios e municípios. Então, eu quero parabenizar os Senhores Deputados por estarem presentes, para esse debate tão importante.

Quando criança eu trabalhei muito. Acredito que a maioria dos Senhores também, o fez como o Desembargador Dr. Samoel e o Presidente da Assembleia. A nossa geração trabalhou muito quando era criança.

Alguns dizem que a criança precisa trabalhar para ganhar responsabilidade. Até no próprio movimento que combate o trabalho infantil é difícil unificar uma bandeira, porque é muito forte essa opinião da sociedade.

Eu trabalhei, mas as minhas filhas não. Eu tenho uma de quinze e uma de treze anos e elas não trabalham. E eu acho que elas estão crescendo com responsabilidade, sem precisar trabalhar. Estão na escola. Os nossos filhos se tornam Juizes, Promotores, Desembargadores, Médicos, Padres, porque tem sido assim no nosso sistema. De vez em quando acontece um milagre e o filho de um pobre se torna uma autoridade. Mas o normal não é isso. São os filhos de pessoas de classe média e da elite é que se formam. E eles não trabalham. Esse é o debate que nós temos que fazer com a sociedade.

No último relatório da Unicef, o Brasil e a China, aparecem como os dois Países do mundo que mais evoluíram no combate ao trabalho infantil. Que mais tiraram crianças das ruas. São também os países que mais incorporaram crianças às salas de aula. Há menos de 15 anos, em 92, o Brasil tinha mais de 7 milhões de crianças de 5 a 17 anos trabalhando. Em 2004 tinha 4800.000 crianças, menos de cinco milhões. De 92 a 2004 reduzimos o trabalho infantil em 60%, na faixa etária de 5 a 9 anos e 36% de 10 a 17 anos.

Entre a China, o Caribe e o Brasil, o nosso País foi o que mais avançou. Aqui no Brasil foram realizadas algumas políticas que deram certo.

A pergunta agora é: como faremos para que nos municípios

de Rio Branco, Tarauacá, Cruzeiro do Sul, enfim no Acre, essas políticas funcionem e reduzam o índice do trabalho infantil? Isso vai ser respondido hoje pelas companheiras e companheiros que representam as áreas do Governo aqui.

Três fatores foram determinantes na redução do trabalho infantil: primeiro foi a criação do Fórum Nacional para Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em 94; o segundo foi o Programa para a Erradicação do Trabalho Infantil, o famoso PETI, que tira a criança da rua e coloca na escola e o terceiro foi a ampliação do acesso ao ensino no Brasil, que é uma conquista do Governo Lula, mas que teve sua origem no Governo anterior.

Em 2004, 57% dos jovens, de 7 a 14 anos estavam matriculados no Ensino Fundamental. Isso não ocorreu no Japão ou Estados Unidos, países ricos, mas sim no Brasil; o único País do mundo em que o número de matrículas no Ensino Médio, cresce cerca de 10% ao ano.

Então Senhoras e Senhores, o Brasil tem boas experiências de combate ao trabalho infantil e esta Sessão não é para polemizar entre o Governo e a Oposição ou para o Governo enaltecer o seu trabalho e a Oposição dizer que o Governo não está fazendo o que devia ser feito. Mesmo imprensada entre uma eleição e uma copa do mundo, conseguimos fazer uma Sessão bonita como essa, para que possamos encontrar caminhos.

A Imprensa me perguntou: Deputado, o que os Senhores estão pensando? Quem tem que responder é a sociedade, o movimento social, as entidades que trabalham, erguem essa bandeira sem receber honorários, os sindicatos, e as igrejas; todos em parceria com o setor governamental. Se essa equipe achar que é importante que nossas crianças continuem nas ruas, como estão; se acharmos que isso é bom para o futuro do Brasil, nós cancelamos essa Sessão.

É possível construirmos novos caminhos envolvendo a sociedade para tirar essas crianças das ruas, do subtrabalho.

Alguém pode argumentar que é educativo, mas ninguém quer o seu filho engraxando sapatos ou vendendo quibe. Nós queremos os nossos filhos na escola, na aula de computação, de música; prepará-lo para competir em uma sociedade desigual e difícil de vencer. Portanto, essa luta é muito bonita.

Na verdade Senhor Presidente, essa luta é mais bonita do que construir um prédio ou organizar uma festa, porque essa luta que estamos travando, essa bandeira que estamos erguendo, trata-se de cuidar dos mais fracos, filhos de pessoas que não tiveram oportunidade de estudar, desempregados, com lares despedaçados; muitos deles vítimas da violência doméstica, do alcoolismo, das drogas. Alguns sem lares, porque os pais e as mães têm dificuldades de cuidar de si próprio, quanto mais dos seus pequeninos filhos que ficam abandonados pelas ruas, lutando para sobreviver e levar três, cinco reais para casa no final do dia, para reforçar o orçamento doméstico.

Então, esta luta que estamos travando companheiros, tanto os Senhores do Governo que se dedicam a isso e muitas vezes não aparecem, fazem aquele trabalho silencioso, porque não se faz grandes festas quando tiram uma criança da rua, mas estão evitando que ela chegue ao presídio Francisco de Oliveira Conde, onde vai se brutalizar e voltar para a sociedade para nos assaltar, para estuprar e matar nossos filhos. Então, essa luta invisível dos Senhores é muito bonita. Parabéns aos integrantes do Governo que desenvolvem esse trabalho. São representantes do Ministério Público que têm coragem de enfrentar pessoas que têm dinheiro, e o faz em favor dessas crianças, pequenas e frágeis.

Nós Deputados estamos sempre presentes em inaugurações de obras, até a Oposição critica os métodos usados pelos nossos governantes, enquanto os Senhores fazem um grande trabalho, mas que não é divulgado.

Parabéns também aos Senhores dos movimentos sociais, que fazem o trabalho como voluntário, porque acreditam que a sociedade jamais será feliz se for formada de oásis, como a minha casa que é bonita e bem protegida, mas tenho que morar dentro de uma jaula, fechada, cercada de hottweilers, para me proteger dos “banguelas”, dos “esquadrões”, daqueles meninos que estão roubando nas ruas.

Os Senhores estão aqui porque não acreditam na sociedade dos oásis, enquanto a maioria da população está no deserto, mas nós acreditamos numa sociedade mais justa, feliz, onde o nosso coração, um dia, possa ficar em paz.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Com a palavra a Secretária Municipal do Bem-Estar Social, Senhora Estefânia Pontes.

Senhora STEFÂNIA PONTES (Secretária Municipal do Bem-Estar Social) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, representantes da sociedade civil, das Organizações não-governamentais, do Governo do Estado, do Ministério Público e do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, é com muita alegria e felicidade que eu participo, hoje, desta Sessão Solene para falar desse tema relacionado à Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, da qual eu sou gestora. Estou alegre, porque como falou o Deputado Moisés Diniz essa é uma Sessão Solene fraterna. E normalmente, nós, como gestores públicos, somos questionados pelas ações que talvez não são realizadas a contento ou porque não conseguimos dar as respostas que a sociedade exige. E, dificilmente a gente tem um espaço para colocar os avanços, os desafios e os resultados que nós atingimos.

Eu me sinto muito feliz quando vejo que a Assembléia Legislativa também cumpre este papel ao procurar conhecer melhor o que está acontecendo por trás de uma problemática que todos nós repudiamos. Todos nós que estamos aqui, representamos inúmeras instituições e poderes que trabalham nessa área, mas até hoje o trabalho infantil ainda é presente no nosso município, no nosso Estado e no nosso país; mesmo assim já houve muitos investimentos. O próprio Governo Lula teve sensibilidade e ousadia não só no que se refere a tentar combater o trabalho infantil, mas em investir e tratar com respeito a política social, com a preocupação e com o profissionalismo que se requer de quem faz políticas públicas neste país.

O Cadastro Único, que nós chamamos CADI-ÚNICO, foi criado exatamente para evitar a duplicidade de pagamento. E um número pequeno de pessoas estavam recebendo além do que deveriam. E nós, do município, estamos no dia-a-dia tentando tornar realidade essa política social, com muito mais ênfase no lado técnico, para que possamos ter respostas, nos relatórios, no momento que precisarmos, para termos uma capacidade de gestão infinitamente maior do que era a política social no passado.

Dia 12 é o Dia Mundial do Combate ao Trabalho Infantil e muitos de nós que estamos aqui, na nossa infância, trabalhamos no serviço doméstico ou como vendedores de “quibe”, não é Deputado Moisés? Quantos de nós trabalhamos na época em que éramos crianças! E hoje a sociedade ainda traz esse componente cultural como se a experiência de nossos pais, mães ou avós que trabalharam nas décadas de 50, 60 e 70, quando existia um outro cenário social, uma outra conjuntura, uma outra relação familiar, pudesse ser colocada nessa sociedade que nós vivemos no século XXI, mais precisamente no ano de 2006.

Algumas entidades, algumas sociedades ainda não incorporaram, ainda não assimilaram os riscos do trabalho infantil. Temos pessoas, dentro das instituições, que têm a responsabilidade de defender o direito das crianças e dos adolescentes e que acham que criança tem que trabalhar. Ainda existe um mito muito grande na sociedade de que a criança para se tornar um adulto responsável tem que começar a ter responsabilidade desde cedo. E eu fico muito impressionada, porque não existe um conceito, ou uma visão mais equivocada, hoje, no nosso país, no nosso Estado e no nosso Município como essa, em que as pessoas e as famílias acham que deixando as crianças trabalharem, elas estão contribuindo para que aquela criança se torne um adulto responsável. Hoje, a criança que desenvolve algum tipo de atividade na informalidade, nos centros urbanos ou nos bairros, como flanelinhas, como vendedores de quibes ou como pedintes está comprovada que essa criança está à mercê de todos os tipos de risco e de violência que a rua oferece. E também está à mercê de uma falsa sensação de liberdade; porque na realidade as crianças também buscam a liberdade de ir e vir e fazer as coisas conforme elas desejam. E nós que somos pais temos a obrigação de impor limites e de dizer não, pois a rua oferece muitos riscos às crianças.

Neste momento que nós estamos fazendo esta Sessão Solene, quantas crianças estão sendo violadas de alguma forma, ou porque estão pedindo dinheiro, ou estão recebendo um não, ou estão recebendo um tapa? Quantas crianças neste exato momento estão sendo abordadas por pessoas com intenções de explorá-las sexualmente! Quantas crianças estão nesse momento na rua tentando vender um quibe e sujeita a de repente ter acesso a um usuário de drogas ou a um fornecedor de drogas? Não são essas crianças que nós queremos para as futuras gerações; as crianças que nós queremos para futuras gerações são aquelas que podem ter uma educação, para aprenderem a conhecer os seus direitos, mas principalmente que possam ter o direito de estar não só no seio da

família, mas também na escola. Podemos nos perguntar: mas não são todas as famílias que de fato têm condições sociais, financeiras e até emocionais para cuidar dos seus filhos? Claro que não podemos generalizar. Essas famílias são exceção e como exceção elas têm que ser tratadas. O que mais percebemos, o que mais vimos no dia-a-dia, quando nós estamos realizando as nossas visitas sociais domiciliares para saber o motivo, pelo qual aquela criança está na rua; saber por que a mãe está permitindo que a criança vá para a rua, percebemos que existe muito mais distorções de informação ou desconhecimento da informação, do que mesmo a decisão de que é proposital a atitude de uma mãe ou um pai querendo que seu filho seja violado.

Então, nós da Prefeitura, com base nesses conceitos, nessa experiência, executamos aqui em Rio Branco o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que é o famoso PETI. Os Deputados devem lembrar muito bem, que há pouco tempo, inclusive os Senhores receberam comissões de pais e mães, para que tentassem acabar com aquela forma indigna em que mães e pais tinham que ficar dias e dias na fila, no sol ou na chuva para tentar receber mensalmente seu benefício. Então o Prefeito Raimundo Angelim no primeiro dia em que assumiu a Prefeitura, ele disse-me: Secretária, nós não podemos fazer muita coisa nos primeiros seis meses, mas eu determino que você olhe com muito carinho para o PETI, porque eu não quero mais filas no momento do recebimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Então, atendendo o pedido do Prefeito, eu procurei entender porque existiam aquelas filas. E procuramos os Bancos, graças ao nosso bom Deus e também à sensibilidade dos nossos parceiros, hoje ninguém ouve falar que no dia do pagamento do PETI existem filas; mas isso talvez não seja o foco principal da atenção, porque os seres humanos têm uma tendência natural a apontar o problema, mas quando a gente encontra uma solução, como o Deputado Moisés Diniz falou, poucas pessoas conseguem identificar.

Aqui, eu quero dizer que em Rio Branco, nós temos 6.600 crianças beneficiadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Todas essas mães e pais recebem o PETI através de um cartão magnético; elas não precisam mais ficar em filas no Rio Branco Futebol Clube ou no Colégio Meta, como era anteriormente. São 5.600 crianças na zona urbana e uma mil crianças na zona rural. Esse programa consiste em dois eixos: um é a transferência direta de recursos para a família e o outro eixo é a participação dessa criança e do adolescente nas ações sócio-educativas e de convivência. No meu ponto de vista, essa é a grande vitória desse programa, pois a Prefeitura está conseguindo criar condições para crianças e adolescentes entre sete e quinze anos. E ainda tem um acréscimo, para atender um número maior da comunidade.

Hoje, nós estamos realizando o projeto Clube do Talento que tem como público alvo prioritário as crianças e adolescentes que fazem parte do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Nós temos 2.874 crianças participando dessas ações sócio-educativas e de convivência nas zonas urbana e rural. Essas atividades acontecem em 54 núcleos existentes nos bairros, onde temos vários parceiros que nos cedem os espaços físicos, nos quais estamos desenvolvendo um trabalho, para que a criança não retorne para a rua. Também temos uma equipe que desenvolve o programa de educação social de rua “A caminho de casa”. Essa equipe fica no centro da cidade é no centro dos bairros orientando a criança que ainda se encontra em situação de trabalho infantil, para que ela, de fato, saia dessa condição de trabalho infantil.

Então, eu quero aqui agradecer muito o Deputado Moisés Diniz por essa iniciativa e parabenizar o Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil que vem desenvolvendo um trabalho nesse sentido.

Finalizando, Senhor Presidente, na segunda-feira, não sei se todos viram uma equipe da Secretaria esteve em algumas esquinas aqui no centro, tentando dialogar com a comunidade para fazê-la refletir sobre esse tema. E eu li no jornal que aquilo era uma manifestação. Por um momento eu pensei: não, isso não é uma manifestação; mas depois, eu pensei bem e concordei que era uma manifestação. Só que, pela primeira vez, era uma manifestação do Poder Público para a sociedade civil, visando fazê-la refletir para de fato conseguir combater o trabalho infantil.

Muito obrigada.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Com a palavra a Secretaria Estadual de Cidadania e Assistência Social, Maria das Graças.

Senhora MARIA DAS GRAÇAS (Secretária Estadual de Cidadania e Assistência Social) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Dra. Kátia, Secretária Estefânia, Padre Raimundo, meu amigo Quintela, alunos do curso de Serviço Social, colegas colaboradores, militantes, companheiros da causa social para Erradicação do Trabalho Infantil, que é só uma pontinha da política social e em especial, Deputado Moisés Diniz, por trazer este tema a esta Casa, e muito obrigada pelo convite.

Apesar da rouquidão, que eu estou, por ter gritado, como todo mundo, durante o jogo do Brasil, que eu quase morri, goatria de falar algumas coisas aos Senhores a nível de informação.

Hoje, no Estado do Acre, nós temos 17.801 crianças inseridas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Inclusive, a Estefânia falou anteriormente sobre o avanço que nós temos conseguido no trato da política de assistência social e das políticas sociais. Finalmente elas estão saindo do papel, da Constituição Federal e recebendo um tratamento digno, sério, integrado com todas as políticas que tratam da criança, do adolescente, dos idosos, das pessoas que necessitam de cuidados especiais e de assistência social.

Deputado Moisés, eu também trabalhei quando era criança, mas quando nós trabalhávamos existia uma parceria com a família e o trabalho tinha um cunho educativo. Nenhum de nós ficava solto na rua e não tínhamos a obrigação de sustentar a família. Mas hoje é diferente, precisamos fortalecer programas como o PETI para que tenham um cunho preventivo e reeducativo das famílias. Isso constitui um retrocesso para agregação familiar, para educação das crianças e para a cidadania. Uma educação para o trabalho, para a responsabilidade individual e coletiva que terão quando forem adultos, como nós somos hoje. Então, o PETI tem como grande programa a antiga jornada ampliada, que é o acompanhamento fora da jornada escolar da criança e de suas famílias, com o fortalecimento da arte-educação, lazer, movimentos desportivos e de incentivo à leitura. Podemos citar como exemplo, o Programa AABB Comunidade, conduzido pelo Estado e pela Fundação Banco do Brasil, que trabalha o social em todo o Brasil. E aqui em Rio Branco, por exemplo, são atendidos cento e vinte crianças, três dias por semana na AABB.

Dia 12, nós recebemos o Quintela, lançando e comemorando o Dia Mundial de Erradicação do Trabalho Infantil. Essas crianças poderiam estar sujeitas a irem para as ruas, mas nós temos crianças estudando, aprendendo atividades desportivas, aprendendo a ser cidadão a preservar o meio ambiente e a respeitar os outros. É para trabalhos como esses que nós precisamos contar com a colaboração efetiva dos Senhores Parlamentares.

O Programa de Reeducação do Trabalho Infantil este ano, está sendo integrado ao Programa Bolsa-Família. O que significa dizer isso? Que as crianças que participarem, que recebem a bolsa do PETI, passarão a receber o valor do Programa Bolsa-Família, e continuam com os mesmos acompanhamentos, com a jornada ampliada, com o Clube do Talento, que a Prefeitura de Rio Branco está executando com maestria aqui no nosso município. Outros municípios também executam os programas de Jornada Ampliada. Sendo assim, eu gostaria aqui, de colocar a Secretaria à disposição de cada movimento. Enquanto coordenadora estadual, gestora do Programa do Bolsa Infantil, programa de Erradicação do Trabalho Infantil, nós gerimos estadualmente as políticas de assistência social e as políticas da infância e adolescência.

Quero convidar a todos os Deputados, pois também fazemos uma campanha de estudos e esclarecimentos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Dra. Kátia está aqui e há de concordar comigo. Nós também gerenciamos as medidas sócio-educativas, o tratamento e o cuidado dos adolescentes que têm conflitos com a lei e existe uma discussão enorme sobre o cumprimento do ECA, sobre a redução da idade penal e isso, com certeza não vai diminuir a criminalidade.

Portanto, eu gostaria de início, colocar a Secretaria de Assistência Social do Estado à disposição para juntamente com a Dra. Kátia, Dr. Maia, Juizado da Infância e da Juventude, Dra. Tapajós, Dra. Luana, Dr. Almir do Ministério Público, estarmos discutindo também as medidas sócio-educativas que envolvem os nossos jovens, nossas crianças. Nós estamos com uma proposta de trabalhar a educação desses meninos, mas para isso, nós precisamos abrir o Estatuto da Criança e do Adolescente, para que toda sociedade escute e já coloco aqui a Secretaria à disposição dos Parlamentares.

Muito obrigado a todos os Senhores e parabéns pelo dia. Vamos continuar juntos, lutando pela erradicação do trabalho infantil que escraviza, que poda, que cerceia a criança, que corta os direitos fundamentais dela viver. Precisamos fortalecer as famílias com atendimentos. Atenção integral à família é um programa de assistência social e precisamos cuidar mais das nossas crianças, como temos feito, com o aumento da escolarização, com o aumento da oferta de vagas, aumento da cobertura das crianças em situação de risco, como também, na questão da saúde na oferta e incentivo à leitura e lazer.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Com a palavra o Representante do Movimento de Rua, Senhor Carlos César.

Senhor CARLOS CÉSAR (Representante do Movimento de Rua) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, bom-dia a todos, nós do movimento iniciamos esse trabalho em 85, com o objetivo de mudar a forma como eram tratadas as crianças no Brasil. Até pouco tempo essa situação ainda existia, havia uma grande discriminação com as crianças de ruas, principalmente nas décadas de 70 e 80, que foi quando esse movimento se fortaleceu. Uma das questões mais cruciantes era a exploração do trabalho infantil e depois da aprovação do ECA e a criação dos próprios Conselhos, é que começamos, realmente, a nos articular.

Na Amazônia houve um movimento muito interessante, que foi o MOARA; um movimento envolvendo governos e instituições nacionais e internacionais, que tinha como objetivo discutir a forma de como combater o trabalho infantil na Amazônia e no Brasil. A partir daí começaram a surgir os programas sociais, como o PETI, Bolsa-Escola, Bolsa-Família e outros.

Os Deputados e os nossos gestores falaram que trabalharam com meninos de rua ou meninos em situação de risco. Eu tive a felicidade ou infelicidade de participar da segunda etapa desse trabalho. Nós andávamos nas feiras livres e o tratamento era muito cruel. As crianças, muitas da zona rural, começaram a trabalhar muito cedo. As próprias famílias, em más condições, começaram a se envolver com a drogadição, com a violência. Então assim, a primeira geração de meninos de rua, de trabalhadores, foram quase todos mortos. Alguns talvez estejam na penal.

Em 85 nasceu no Brasil e depois aqui no Acre, um movimento dentro da igreja. O Bispo Dom Moacir sempre foi o guardião de todos os movimentos e foi lá onde o movimento nasceu e passou a fazer esse trabalho nas ruas. Porque na época tanto os meninos matavam-se entre si, como eram exterminados por diversos grupos. Esse trabalho foi crescendo e surgiu terceira geração. Eu trabalho nas ruas com atividades culturais, atividades artísticas, todavia as políticas de governo eram muito fracas. Sensibilizávamos os meninos a retornarem à escola, mas como não tínhamos o retorno por parte governamental e como fazer o encaminhamento necessário, acabávamos não tendo sucesso.

E hoje, eu até brinco com o subdelegado, Manoel Neto, dizendo assim: eu, quando do início da quarta geração, costumava ir ao mercado no final de semana, com os demais educadores do movimento e em questão de meia hora nós juntávamos duzentos meninos, para jogar bola, às vezes, no Horto, no Capitão Ciríaco ou em outros locais da cidade. Íamos jogar bola, fazer teatro, andar de perna-de-pau etc.

Outro dia eu dizia: olhe, como as políticas avançaram, no sentido de incluir as crianças, de sensibilizar a família, mostrar que o melhor caminho ainda é a escol, hoje eu não consigo fazer um time de futebol. Que bom que isso avançou muito.

Eu trabalho direto na rua e não consigo juntar um número

suficiente de crianças para formar um time de futebol, para bater uma pelada com os trabalhadores. E que bom que a escola esteja mais aberta para receber o menino de rua. Esses programas ajudaram bastante, mas precisamos ainda desmitificar essa questão cultural, de que é melhor a criança trabalhar do que roubar. São mitos culturais que precisamos abolir. Nós que somos educadores sociais de rua sabemos que é difícil sensibilizar a sociedade. Precisamos mostrar para eles que a escola é o melhor espaço, para que possam construir um grande futuro.

É preciso também que os Deputados e o Estado brasileiro continuem melhorando o orçamento da assistência social. É preciso que haja cada vez mais programas sociais. Nós temos um que é importante, que é o PETI, mas é preciso que os Deputados se unam, façam emendas de bancadas, para melhorar cada vez mais o nosso orçamento, pois precisamos investir em qualificação. E no próprio momento que nós somos contra o trabalho infantil, temos também a legalidade da lei, que dá sustentação para que o adolescente trabalhe como aprendiz. Nós precisamos sensibilizar os empresários a se engajarem nessa luta. O jovem de 14 anos pode trabalhar como aprendiz, desde que tenha todo seu processo legal de formação. E isso nós precisamos estar juntos, criar novas forças de incentivo, porque só assim, de fato, nós vamos ter um futuro brilhante para os nossos adolescentes.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Com a palavra o Delegado Regional do Trabalho, Senhor Manoel Quintela.

Senhor MANOEL QUINTELA (Delegado do Regional do Trabalho) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o meu bom-dia a todos, depois de todas as falas, eu gostaria de abordar o que foi tratado no Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil, onde participei como Presidente. Nós realizamos atividades culturais e de caráter fiscalizatório durante essa semana. O Fórum é formado por diversos parceiros, entre eles o Ministério Público Estadual, Conselho Tutelar, Secretaria de Estado de Ação social, Secretaria Municipal de Ação Social, Federação do Comércio e da Indústria, Sistema S., Diocese, Movimento dos Meninos e Meninas de Rua, entre outros. As atividades foram realizadas no colégio Meta, e na AABB com integrantes do Programa Jacamim.

Eu quero aqui apresentar dois dados importantes. O Deputado Moisés falou que tínhamos em torno de quatro milhões e meio de trabalhadores e trabalhadoras. O Governo Federal colocou no PPA, Plano Plurianual, elevada prioridade na questão das formas degradantes de trabalho, inclusive do trabalho infantil. Portanto, a erradicação do trabalho infantil é prioridade do Governo Federal, está no PPA. É tanto que tem alguns programa importantes que ainda não foram citados.

Eu gostaria de lembrá-los que o Consórcio Social da Juventude, é um programa que investiu dois milhões de reais no Estado do Acre, no ano passado, e qualificou 980 crianças; foi uma grande parceria do Estado, do Município e da sociedade civil organizada. Tem ainda o pró-jovem que está na responsabilidade do Município, através da Secretaria Municipal de Educação e temos também o Programa Juventude Cidadã, que me parece estar sendo implementado aqui no Estado do Acre.

A DRT vai estar passando aos multiplicadores todo tipo de direito trabalhista, inclusive a questão do trabalho infantil.

Uma outra atividade que acho muito importante e que não é relacionada como combate do trabalho infantil, mas que é fundamental, é a questão da organização dos pequenos empreendedores; a questão da economia solidária, que nós realizamos uma conferência aqui no Estado, da qual participaram diversos Deputados aqui presentes e que tem como finalidade organizar a sociedade civil, e lá na conferência nós também fizemos uma moção de combate ao trabalho infantil. Ou seja, estamos trabalhando para que os empreendedores econômicos sejam solidários e não permitam o trabalho infantil dentro dos seus empreendimentos.

Segundo estudo da OIT, até 2015, o Brasil, Deputado Moisés, deverá, pela tendência, erradicar o trabalho infantil; obviamente o Governo Federal, quer fazer isso. Inclusive, eu quero aqui, em nome dos companheiros do Fórum, que é uma entidade muito importante, agradecer

o convite feito, e dizer que a própria DRT, presidiu porque parte do combate ao trabalho infantil tem uma ação direta da Delegacia, principalmente no que diz respeito a questão legal.

Estamos, portanto, à disposição da sociedade, dos Deputados desta Casa, do Governo do Estado, para atender a qualquer questão ligada ao combate ao trabalho infantil, ao trabalho escravo, que são causas prioritárias do Governo Federal e portanto os Programas sociais terão prosseguimento com investimentos e tudo que for necessário.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Com a palavra o Representante da Diocese de Rio Branco, Padre Raimundo.

PADRE RAIMUNDO (Representante da Diocese de Rio Branco) – Senhor Presidente, Senhores Deputados e demais representantes das ONGS aqui presentes, bom dia a todos, eu quero apenas parabenizar o Deputado Moisés Diniz que apresentou a proposta para realização desta Sessão Solene, da qual estão participando tantas pessoas que podem contribuir bastante para a erradicação do trabalho infantil.

Sempre que a gente pára numa rua, principalmente, perto do centro, uma criança grita de lá: “posso vigiar o carro?” E a gente fica numa dúvida: se eu der um real para aquela criança que ficou cuidando do carro, eu estou alimentando um vício grave, porque no outro dia aquela criança virá novamente para a rua, já que ela ganhou uns reais. O padre dá, o delegado também e são pessoas esclarecidas, porque se você não ajudar, as crianças podem se tornar violentas e riscar o carro. Estou citando um fato real, eu não estou inventando. Então você se obriga a dar aquele real, alimentando um vício, porque se você não der, você se torna vítima. Então, você fica entre a cruz e a espada.

Eu sou vítima e vou fazer o outro vítima. E, aí? Precisamos refletir também sobre a conscientização da população, para não incentivarmos as crianças a ficarem na rua. Muitos projetos estão acontecendo nos bairros, visando impedir a alimentação dessa realidade que atrasa a educação e perturba, às vezes, a ordem pública.

E, mais uma vez parabéns e obrigado, Senhor Deputado, pelo momento.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Com a palavra o Deputado Luiz Calixto.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhores dirigentes de estatais, dirigentes de movimentos sociais, Deputados e Deputadas, segunda-feira ao assistir uma belíssima entrevista concedida ao canal 2 pela Senadora e candidata a Presidência da República, Heloisa Helena, eu passei a reforçar a minha crença e minhas convicções de que nada mudará nesse País se o Parlamento e os governantes não derem a devida atenção para a distribuição dos recursos que são arrecadados pelo povo. Aquilo que comumente chamamos de orçamento.

É impossível um país reduzir as desigualdades quando se paga 180 bilhões de dólares de juros e distribui, para acalmar a ânsia do povo brasileiro, apenas 20% do orçamento. E não sou daqueles xiitas que fazem a pregação de calote da dívida externa, mas é impossível reduzir as desigualdades num país que não elege as suas prioridades. É impossível reduzir as desigualdades de um país com esse discurso paliativo, para amenizar a fome do dia que não constrói o futuro. Ao contrário destrói.

É impossível reduzir as desigualdades no Brasil, onde a comercialização de trigo é controlada. Onde duas pessoas controlam a comercialização e a produção de cimento, onde duas empresas controlam a produção do aço. Esse país é muito desigual. Enquanto não se mexer nas suas estruturas nós continuaremos a ampliar a concessão de bolsas-família, de PETI's e tantos outros programas sociais. Continuaremos a nos envergonhar se cada governo este colocar como sua vitória o aumento da distribuição de bolsas de R\$ 50,00 e R\$ 15,00.

Eu fui olhar o nosso orçamento e peguei o volume que se refere a Secretaria de Estado e Cidadania de Assistência Social, é de um bilhão e oitocentos milhões de reais, mas apenas vinte e um mil reais estão destinados para a Coordenação Estadual do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, PETI. Será que nesta sala, neste plenário de um ambiente governista, já que temos uma meia dúzia de Deputados oposicionistas, que segundo o Deputado Moisés Diniz vive batendo no Governo, alguém pode me dizer se esses vinte e um mil reais são suficientes para mudar a condição das crianças do nosso Estado? O Governo não elegeu como prioridade as crianças e os jovens desse Estado.

O Governo pode até enganar um ou outro com fogos, com o show da Gil ao custo de cem mil reais. Só para a cantora, de quem sou fã, foram 40 mil reais, mas aí têm as despesas de som, iluminação, produção e essas coisas mais, mas não engana a Oposição.

Portanto, meus Senhores, minhas Senhoras, enquanto nós não fizemos nesta Assembléia, uma discussão profunda com todos os setores envolvidos de como o Governo do Estado deve gastar o seu 1 bilhão e 800 milhões do Orçamento, nós continuaremos realizando essas sessões. Amanhã ou depois, nós apenas diremos que fizemos uma Sessão Solene, para não mudarmos absolutamente nada. Só se muda quando se tem determinação política. Só se revoluciona algo, quando o assume como prioridade. Apenas com discurso e boa vontade nós não vamos mudar esta situação. Nós iremos mudar quando esta Assembléia votar um Orçamento que contemple as atividades relacionadas à este tema, com os recursos necessários e suficientes para que a Secretaria do Bem Estar social tenha condições de implementar as políticas públicas, para tirar das ruas, as crianças que estão em situação de risco.

Eu passei o final de semana na minha cidade, Tarauacá, e uma das reclamações que eu mais ouvi é que o dinheiro do PETI, os 30, 40 reais, dependendo da classificação, está atrasado desde novembro e nós estamos na metade do ano. Não culpo aqui a Prefeitura de Rio Branco, porque ela não tem a ingerência sobre a Prefeitura de Tarauacá. Mas o pagamento está atrasado há seis meses.

Uma multidão de crianças faz fila atrás de um real e aí nós ficamos naquela contradição Deputado Hélio Lopes, se der vicia, se não der, passam fome. É uma situação extremamente delicada.

Eu confesso que às vezes, dou, se tiver trocado; às vezes não faço concessão, até para que eles parem de andar atrás de nós. Mas enquanto nós não estabelecemos como prioridade a valorização familiar, enquanto o programa bolsa-família, que já foi bolsa-escola e foi iniciado por Cristóvão Duarte e ampliado por Fernando Henrique e agora pelo Governo Lula, for tratado como um programa meramente eleitoral, um programa que não atinge as suas verdadeiras finalidades, nós iremos perpetuar a miséria neste Estado. Nós iremos ampliar o número de pessoas que recebem o bolsa-família sem fazer a mudança na estrutura social que precisamos fazer. O tema é polêmico e na discussão do Orçamento, nós da Oposição, que batemos no Governo, ou melhor que fazemos as críticas, porque soa muito agressivo a palavra bater no Governo, sempre procuramos dar a nossa contribuição.

Nós fomos contra o orçamento, porque ele não muda nada neste Estado. Nós temos outros setores aqui que também não são contemplados, porque não são prioridades do Executivo. Então, ninguém pode se arvorar de tirar o nosso direito de falar criticar.

Fazemos muitas sessões solenes e muitos encontros, mas nós precisamos também saber quais as conseqüências que ocorrerão amanhã ou depois de passar a euforia da copa do mundo. Quais as conseqüências políticas? Quais os resultados objetivos? O que mudou na vida das crianças.

O meu querido amigo e colega de universidade, Quintela, falou do Convênio Nacional da Juventude. E aqui eu queria me referir ao Programa Primeiro Emprego sobre o qual os Governos Federal e Estadual fizeram a maior publicidade possível. Quais os resultados? Quantas pessoas estão empregadas? Fato é que nós temos um dado que entristece a governistas e oposicionistas. O Estado do Acre é o Estado que aplica o maior percentual de recursos em programas de atendimento a pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar. E quando se desce ao nível de detalhamento da tabela, nós veremos que na situação de risco

grave, o Estado é o primeiro. Quase 100 mil pessoas passam fome, segundo dados do IBGE que estão disponíveis na Internet, inclusive a maioria são crianças; pessoas indefesas que não têm a força necessária para produzir a sua própria subsistência. Mudemos esse quadro e o Orçamento. Aí nós poderemos mudar a condição de vida das crianças do Acre.

Muito obrigado.
(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Com a palavra a Deputada Naluh Gouveia.

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, companheiras, companheiros, quero aqui parabenizar a todos amigos e amigas de muitas lutas.

Quando eu fui eleita para a Câmara, eu tinha que dar um rumo ao meu mandato, já que era a primeira vez que ia ser Parlamentar. Sou professora de pré-escolar, e uma das coisas que eu priorizei na minha vida, foi essa questão da criança.

Nós temos quase a mesma idade aqui e uma das leis que eu apresentei na Câmara e tenho a maior paixão é a que estipula meia passagem às crianças de três a sete anos. De posse da carteirinha, elas podem entrar pela frente. Não tem mais aquela coisa degradante da menininha mostrar a calcinha quando passava por debaixo da roleta. Com dois anos, ainda dá para segurarmos uma criança no colo, agora de três anos já é grande demais.

Quando eu vim para a Assembléia apresentei uma matéria aumentando o percentual para a Educação. O Acre é o único Estado brasileiro que estipula na sua Constituição 30%, de todo o recurso do Estado, para a Educação.

Eu não quero aqui, numa sessão bonita como essa de ativistas dos Direitos Humanos, fazer um cavalo de batalha com questão de recursos, até porque, em parte, o Deputado Luiz Calixto tem razão, inclusive, eu várias vezes não votei no orçamento. Mas, eu quero dizer que antigamente não tínhamos iniciativa nenhuma. O Governador Jorge Viana foi Prefeito de Rio Branco e naquela época nós tínhamos a farinha múltipla. Então V. Exa. não fez uma avaliação correta dos dados do IBGE, o qual coloca que a nossa alimentação é extremamente precária, porque é feita com base nos carboidratos, ou seja, arroz, farinha, feijão. Então nós temos um problema grande com a nossa alimentação, porque as próprias pessoas da zona rural, não têm o costume de comer verduras, nós mesmos não temos esse costume. Estamos iniciando, porque há uma febre mundial para se fazer dieta. Mas o acreano, de um modo geral, não come verduras. Todo mundo sabe disso. Tínhamos que ter, inclusive, propagandas que mudassem o nosso hábito alimentar. Nós adoramos frituras, bife com arroz, farinha e banana. É uma delícia. Não temos nem o costume de usar o açúcar mascavo, quem usa o açúcar mascavo é o pessoal da sociedade alternativa, da saúde alternativa, nós gostamos mesmo é do açúcar comum e se tiver aquele mais refinado, melhor ainda.

Sou professora do Serafim e quando não tinha muro os bois entravam no pátio da escola. Nove anos da minha vida eu dediquei à escola Serafim, junto com o Raimundo. Hoje já não se fala mais da baixada como um local violento, isso é fruto de um grande trabalho e principalmente de ONGs, de pessoas que dedicam a sua vida a ajudar o próximo. Agora, tem gente que fala, fala, mas nunca entrou no Educandário Santa Margarida. O Lucas foi encontrado no terminal, a sua cabeça era tão torta, porque ele só ficava numa posição e o pessoal dizia: “Naluh, ele não vai conseguir falar, andar.” O tempo que eu tinha, eu ia para o Educandário. Levamos o Lucas no Oftalmologista e em outros médicos e hoje ele está andando, está lá no D. Bosco”.

Agora o problema é que só sabemos criticar. Acho também que as políticas públicas são muito espalhadas, não focam um todo. É política para agricultura, para a criança, para o idoso. Os programas têm que englobar todas as secretarias. É por isso, Deputado Calixto que V. Exa. não encontrou, no orçamento, nenhum recurso para erradicação do trabalho infantil, mas acontece que quando uma secretaria está fazendo um trabalho, outras estão vinculadas a essa atividade. E hoje vemos

coisas lindas, principalmente neste Estado com relação aos idosos e as crianças. Nós crescemos muito, quem é ativista dessa causa, sabe.

A Kátia é uma pessoa batalhadora, a nossa querida Tapajós é lembrada em todos os momentos e que Deus dê muita saúde para ela. Nós avançamos muito, mas precisamos avançar muito mais. Essa é uma causa que precisamos priorizar ainda mais.

Eu vou ao Educandário há mais de dez anos. Já vi meninos crescerem e casarem. Já conseguimos trabalho para alguns e outros foram por determinados caminhos. Mas a maioria não. A Ester foi criada no Educandário, toca violino, é linda. A Carolina, sua irmã, conseguiu sair do Educandário; o Tiago por mais que tenhamos tentado levá-lo para um outro caminho, não conseguimos.

Então, eu acho que nós avançamos muito, porém ainda encontramos coisas que nos deixa triste, como, por exemplo, aquele menino que fica próximo ao Banco Real, não tem jeito, só Deus. Ele se criou ali com todos o ajudando. A gente tira e ele volta.

Quando o Angelim assumiu, eu falei de uma situação que me deixava muito triste, e diz respeito as mulheres que vendem verdura no mercado. E eu falei com o Angelim para que desse condição de trabalho para aquelas Senhoras. A idéia era fazer até uma creche, porque muitas não têm com quem deixar seus filhos. Hoje a situação melhorou, mas ainda existem meninos querendo levar as nossas sacolas. Agora o que nós queremos é cada vez mais ativistas desta causa.

Para concluir, eu só queria que os próximos governos dessem continuidade a esses trabalhos. O maior problema que temos com relação à criança, o adolescente e ao idoso é a descontinuidade de políticas públicas. O Governador Jorge Viana quando era Prefeito, pegava os meninos lá dentro dos bairros e trazia para aprender inglês, os meninos da baixada aprendiam a tocar instrumentos. A Igreja Católica, através da Pastoral tinha um trabalho lindo com a prefeitura e tudo se acabou em oito anos. Mas Deus está atento. Eram programas lindos para crianças e adolescentes. Choca-me, como professora, como ativista, como cidadã a descontinuidade desses programas. E desculpem falar assim, porque amo essa causa.

A declaração mais linda que eu tive na minha vida, não foi do meu marido e nem de alguns companheiros que eu já tive. A declaração mais bonita que eu tive na minha vida foi de uma criança de quatro anos. Ela disse que me amava do tamanho da ponte. Eu imagino que foi a coisa maior que ela imaginou na vida dela. Ela disse: “Tia, eu te amo do tamanho de uma ponte”. E esse ensinamento eu levo para a minha vida. Eu sou uma ativista desta causa e desta causa eu faço a minha vida. É por isso que eu sempre vou ao Educandário, ao Papouco. Quando não estou com as minhas filhas e com o Jair, eu estou nos bairros. E acho que muita gente deveria fazer o mesmo. Só temos a ganhar, porque conhecemos histórias lindas, maravilhosas, principalmente de gente que se doa.

Aqui têm um monte de mulheres e homens, Deputado Luiz Calixto, que doam suas vidas a esta causa. Muitas coisas o Senhor tem razão com relação ao orçamento e eu assino embaixo, mas muitas coisas, Deputado Luiz Calixto, foram iniciadas a partir desse Governo. Sou do Conselho Estadual da criança e do adolescente, represento a Assembléia Legislativa juntamente com a Dra. Márcia e minha suplente. Quando veio a lei para a criação do Conselho, nós brigamos para que a Assembléia tivesse uma cadeira.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Com a palavra o Deputado Pe. Valmir Figueredo.

Deputado **Pe. VALMIR FIGUEREDO** (PT) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores presentes a esta solenidade.

A ponte é o símbolo mais bonito de intercâmbio dos seres que se comunicam, por isso é correto comparar a extensão do amor com a ponte. O coração nunca é neutro.

Ouvindo falar sobre esse assunto, me lembrei da minha infância, que hoje, eu vejo que foi abaixo da linha da pobreza. Na nossa casa não tinha café, o nosso café era umas sementes, que no Maranhão,

são conhecidos como fedegoso. Essas sementes eram torradas e ficavam pretas como café. Então, nós tomávamos esse café pela manhã. Quando era na hora do recreio na escola, todo mundo ia merendar, e eu ia para casa para dizer que estava merendendo também; sabe qual era a nossa merenda? Era o caldo do arroz que a minha mamãe, quando fazia o arroz com molho de pimenta malagueta e cebola, ela tirava só o caldo e eu tomava. Então, hoje quando escuto falar de PETI, bolsa-escola, programas sociais, eu fico muito feliz; porque eu não sei como é que eu escapei.

Um dia eu viajei ao Maranhão, pela a Assembléia Legislativa, que nos mandou para uma reunião da Unale, e eu me lembrei de quando eu era quebrador de côco de babaçu. Amanhecia o dia no mato, com o cofo, chamado paneiro, de palha, com um machado e uma marreta. Então, nós chupávamos tanto babaçu, que ficávamos bêbados, porque ele tem álcool. Portanto, quando vejo alguém criticar, eu fico triste. Inclusive, eu ouvi um repórter criticando essa forma que existe de ajudar as pessoas. Eu fico muito triste, porque quando damos um real, dois reais ou uma comida, isso ajuda muito.

Quando a minha casa enchia d'água, no Maranhão, quem nos salvava era a paróquia que nos mandava leite dos Estados Unidos, óleo e queijo. Isso salvava muita gente. Então, hoje vemos a Assembléia Legislativa reunindo-se com representantes desses movimentos, os quais possuem um grande valor social. E os Senhores são muito importantes não por seus salários, mas por suas vocações, suas causas. E eu louvo a Deus por vocês existirem, porque os governos de hoje se preocupam com famílias mais carentes. As críticas que o Deputado Luiz Calixto fez, são bem vindas, porque sem crítica não há avanço e nem preocupação. Naquela época, não se fazia crítica. Inclusive, houve um Governador no Maranhão, que governou até morrer, chamado Nilton Melo. A única casa que tinha na cidade de Pedreiras, que tinha um andar, era a casa do Prefeito. Então, o povo passava fome, e ele tinha uma casa de primeiro andar, murada; ele era muito rico.

Eu sei bem o que é a miséria, a fome, o que é a pobreza, porque a minha mãe era cozinheira de um hotel, lá em Pedreiras. O jantar da minha mãe ela trazia para repartir conosco. Era um marmitex, onde tinha um pouquinho de comida, e eu ficava aguardando ela chegar para jantar, então, ela partilhava esse pouco comigo e com a minha irmã. Portanto, eu fico pensando como Deus me conservou para vir aqui e testemunhar isso hoje.

Quando eu era seminarista trabalhava com crianças no Rio de Janeiro, na Funabem, lá era o FEEM.

Lá em Feijó, eu tenho uma terra e a coloquei a venda esses dias. Um grupinho de jovens, veio até mim e disse: “- Padre, se o Senhor vender a sua terra, onde é que a gente vai jogar bola?”. E eu disse: “- a terra não está mais à venda”. Inclusive, quero achar uma entidade séria para que eu possa passar aquela terra, e tenham certeza que não será vendida, mas que será utilizada para que os jovens daquela cidade possam brincar, jogar a sua bola. Eu quero pedir às entidades que estão aqui representadas, que pensassem na possibilidade de colocar também algumas crianças como membros das entidades, porque as crianças são muito sábias. Elas, mais do que ninguém, conhecem as suas necessidades, e sabem reivindicar seus direitos. Então, pensem nisso, em colocar alguma criança para participar das reuniões que os Senhores fazem nos fóruns. Elas vão ficar agradecidas, porque vão estar sendo ouvidas. Era esse o meu testemunho.

Quando eu vejo o povo do Acre, que é um povo tão solidário, eu fico muito feliz, porque cada família dá o que está ao seu alcance. Dificilmente, alguém nega alguma coisa aqui no Acre para alguém. Inclusive, eu quero parabenizar o Governo Estadual, Federal e Municipal pelo trabalho, pela luta, mas claro que sempre vão encontrar pessoas que dizem que nada está bem, mas isso não é problema, não é ruim de ouvir isso, porque se alguém disser que está tudo bem, concordar com tudo, não tem sentido. As críticas são bem-vindas quando tem o objetivo de avançar e quem vai se beneficiar com isso é a criança.

Quando falamos em criança, não podemos deixar de falar de amor, trabalho e renda. Isso é muito importante. Temos que incluir a família. Apesar de ser oriundo de uma família pobre, abaixo da linha de pobreza, na minha casa nunca faltou amor. Então, eu nunca assaltei

ninguém, nem matei. É por que nós ouvimos, que há muitas crianças lá na pousada que já mataram, roubaram e furtaram. Por que tanta violência hoje no mundo? Eu acho que é preciso fazer uma reflexão sobre isso. Por que há tanta criança violenta hoje.

Se eu contar aos Senhores, que eu já fui assaltado e agredido violentamente, por um menor. Mas, quando digo violentamente, não é “passa o dinheiro, não”. E olhei assim para a criança, e pensei: de onde vem tanto ódio? É porque os adultos estragaram o mundo com a sua ganância, prepotência e desprezo pelo ser humano. Nós adultos estragamos o mundo, a família e as crianças, conseqüentemente. Por isso, que a criança nos rouba, assalta e mata; porque nós proporcionamos a elas um mundo sem Deus, sem amor e sem segurança.

Nesse momento, gostaria de parabenizar o Deputado Moisés Diniz, por trazer para esta Casa esse assunto, que é muito importante, e ajudar a despertar em cada um de nós o que devemos fazer, pois tem algo que o Governo não pode fazer, que ele não alcança, mas nós alcançamos e podemos fazer. Portanto, fica aqui a minha alegria de participar dessa reunião e discutir um assunto tão importante como esse. E se esses programas tivessem vindo há mais tempo, certamente o mundo hoje seria bem melhor, mas eu tenho esperança e acredito que a tendência é melhorar cada vez mais.

(Sem revisão do orador)

A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Com a palavra o Deputado Nogueira Lima.

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (PPS) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros no Salão do Povo, companheiros representantes do movimento para o qual o Deputado Moisés Diniz apresentou o Requerimento solicitando essa Sessão. Quero parabenizar o Deputado Moisés pela iniciativa, pois dia 12 de junho é o Dia Mundial da Erradicação do Trabalho Infantil.

A luta desse movimento é grande e já vem de muitos anos. Como militar que sou, aposentado, e hoje, aqui, representando o nosso povo, eu fui uma das pessoas da Polícia Militar que já se empenhou nesse trabalho que hoje é feito aqui na nossa sociedade e no país, lutando para que ele evoluísse. O primeiro passo na Polícia Militar nesse sentido, naquela época, em 77 foi a criação das colônias de férias. Foi a coisa mais linda que aconteceu neste Estado. Posteriormente aconteceu nos outros Estados, a partir da nossa iniciativa. O trabalho era realizado durante todo o mês. Naquela época não havia muitas crianças nas ruas; não havia os “flanelinhas”, e nós já fazíamos esse trabalho.

Além da colônia de férias, nós levávamos os pais das crianças para mostrar-lhes a realidade sobre que acontecia.

Em seguida o Governo do Estado deu condições para que outro programa fosse desenvolvido aqui; todos os Senhores devem tê-lo conhecido, refiro-me à guarda mirim, que foi um programa maravilhoso. Não ficava meninos pelas ruas, porque nós tirávamos. O Governador daquela época era o Flaviano. Na verdade esse trabalho foi iniciado pelo Governador Nabor Junior. Infelizmente esse projeto acabou e ninguém procurou saber o porquê. Talvez o nosso companheiro do Ministério do Trabalho possa nos informar. No momento em que o Governo atual assumiu, foi solicitada a continuação do programa, mas não houve. Talvez seja por isso que hoje, nós estamos vendo muitas coisas acontecerem com nossas crianças.

Na época, havia uma cobrança para que todas aquelas crianças tivessem carteira assinada para trabalhar, mas todos os gestores foram saindo e o programa acabou.

Aquela foi uma iniciativa que deu certo. Hoje nós temos juízes e promotores que foram da guarda mirim. Estavam nas ruas, eram flanelinhas, assim como oficiais da corporação da Polícia, sargentos, cabos e soldados que ainda estão na ativa.

Então Senhores, eu acho que esse debate é importante para o momento que estamos passando. No passado foi feita alguma coisa. No presente também está sendo feito. Poderia ser melhor, muito melhor, porque no passado as dificuldades eram maiores. Hoje nós temos mais recursos, mais condições, estamos mais avançados; a tecnologia avançou,

os nossos conhecimentos avançaram. Por isso, poderia estar bem melhor. Era para ter mais orçamento na Secretaria de Educação, na Secretaria do Bem Estar Social, aonde são desenvolvidos os programas, mas o Deputado Luiz Calixto mostrou o Orçamento. Verba satisfatória é só para a mídia do Governo.

Então, não adianta nós floreamos, dizer que está tudo bem porque não está. Hoje, nós vemos meninos nas ruas todos os dias, como o Pe. Raimundo citou. Quando paramos o nosso carro, há um menino do nosso lado pedindo uma esmola. Rio Branco é tão pequena! Será que não dá para evitar isso? Aquele garoto que pede esmola, que é deficiente físico, será que não daria para tirá-lo dessa situação? Dá, basta criar sistemas que tenham responsabilidade social e o Governo tenha responsabilidade com esse sistema. No nosso Estado, tão pequeno, não era para haver adolescentes cobrando pedágio nos bairros, mas está acontecendo, porque a Segurança não está sendo assistida como deveria ser.

Segundo o IBGE, 40% da nossa população está passando fome, conforme o Deputado Luiz Calixto falou aqui. E está no jornal. Será que gastar dinheiro embonecando a nossa cidade e esquecendo do resto nós vamos sair desse discurso que nós temos aqui? É certo gastar treze milhões por ano com mídia e destinar apenas R\$ 21.000,00 para trabalhar com os adolescentes?

A nossa agricultura acabou, como eu ouvi alguém falar aqui. Os nossos alimentos básicos são arroz, feijão, farinha e macaxeira. Eu fui criado com eles e estou aqui, forte e firme, com bastante saúde. Tomei leite de castanha, e sou mais forte do que alguns homens do Paraná, que são criados com verdura, etc. Nossa alimentação é a melhor, mas estamos com fome, porque o Governo não investe na agricultura. É por isso que as pessoas estão reclamando lá nos bairros, porque estão com fome. Enquanto temos o melhor alimento e a melhor terra para produzir.

Então, não se pode dizer que a Oposição só critica. Tudo que está sendo dito aqui é verdade. Eu não venho aqui apenas fazer politicagem. Se alguém me disser que nós temos agricultura suficiente para abastecer o menor município do Acre, eu discordo. Não temos sequer arroz. O rapaz que está alugando a minha peladora de arroz na 6 de Agosto, está comprando arroz de Porto Velho. Isso é incrível, Senhores. E no Governo passado não acontecia isso. Então, vamos acabar com esse negócio “do governo passado”. O Governo atual está há oito anos à frente desse Estado.

Dizem que o Governador Jorge Viana, na Prefeitura, tinha programas e quem está na Prefeitura hoje? O Angelim, então por que os programas não voltaram? Eu também estive lá na Prefeitura. Realmente havia bons programas. Vamos parar com esse egoísmo, essa fantasia, essa mídia que está nos enganando.

Eu acho que é muito bom esse debate. Os Senhores que estão aqui, façam essa reflexão. Como está escrito na carta da CNBB, vamos fazer uma reflexão e escolher os políticos que realmente têm compromisso com o social.

(Sem revisão do orador)

A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Com a palavra o Deputado Edvaldo Magalhães.

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo) – Senhora Presidenta, Senhores Deputados, quero inicialmente cumprimentar em nome da Mesa, as Secretárias, a Promotora, o Padre, os ativistas do movimento social, pela excelente contribuição prestada frente às causas da infância e adolescência no nosso Estado. Parabéns a vocês. É natural que o debate aqui na Assembléia seja mais político do que técnico, porque aqui é uma Casa política, local este onde a sociedade se manifesta, se revela. E é nessa pluralidade de opiniões, de olhar, que se constrói a Democracia. Este Poder é a Casa mais legítima do Acre, entretanto é a mais contestada. Aqui o povo tem o direito de emitir opinião. Para os que estão aqui pela primeira vez, não estranhem se ouvirem algo que não concordam. Aqui é assim mesmo.

Confesso que eu estava contemplado com a fala do meu companheiro de partido, de causa, de bancada, companheiro Deputado

Moisés Diniz, inclusive não ia mais nem me inscrever, só o fiz para contestar à fala do Deputado Luiz Calixto e, digamos assim, para fazer algumas observações à fala do Deputado Nogueira Lima. Não vou falar da questão da agricultura, porque o assunto aqui hoje é a causa da infância e adolescência e merece, pelo menos, que tratemos das questões centrais.

Eu gostaria de ter, para registro, outro olhar sobre algumas coisas. Vou começar sobre alguns programas do Governo Federal. Eu assisti há pouco tempo neste País, a égide de Fernando Henrique Cardoso, onde o país inteiro foi forçado a fazer investimentos bilionários, como foi o caso do Proera, para salvar bancos falidos. As maiores jóias do país que eram as empresas estatais também foram vendidas a preço de banana. Agora, quando o Governo Federal resolve pegar um pedaço do orçamento, que é pequeno, para investir num volume jamais tido até hoje no nosso país, que é o Programa Bolsa-Família, recebe o nome de programa eleitoreiro. Isso sim é política compensatória, que não resolve nada, porque um programa como esse só não dá importância quem nunca passou fome. Não queiram debater aqui mudanças estruturais.

Eu sou de um partido revolucionário, defendo o socialismo e todo mundo sabe que mudanças estruturais têm limites. Quem manda neste País são as forças econômicas. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está realizando o maior programa de inclusão social, portanto está se transformando num candidato imbatível nessas eleições, pela força de seu gesto. Hoje ele é considerado o Presidente dos pobres. Isso incomoda a elite conservadora, que não encontrou ainda o caminho para destruí-lo, fragilizá-lo.

O Bolsa-Família, Deputado Luiz Calixto, foi um programa idealizado por um integrante do seu partido, hoje o Senador Cristóvão Buarque, o qual eu torço todos os dias para que ele seja candidato à Presidência da República, para ver se ele irá fazer melhor do que o Presidente Lula. Esse programa assiste milhares de famílias neste país, é um programa de inclusão social. Não é só entregar uma bolsinha de nada. Quem conhece o programa sabe disso. Nós estamos aqui diante de pessoas estudiosas. Nós não estamos lidando com um público qualquer, que possa ser enganado no discurso. Aqui ninguém convence ninguém, porque fez uma boa fala. Vocês conhecem esta causa, são militantes desta causa. Aqui não tem conversinha para boi dormir. Este é o primeiro reparo que faço. Então, para fazer uma defesa, aqui, no bom sentido, voltado para enxergar um outro olhar é a defesa de um ponto de vista.

A segunda questão é com relação ao nosso orçamento, mais uma vez o Deputado contou aquela história pela metade. Olhem, o item que ele fez menção, que é correto aqui é o valor de 21 mil reais que foi destinado para o PETI; mas o PETI é um programa federal e o Governo não tinha que botar nada ali, porque são programas específicos. Está aqui a Secretária de Ação social, que pode afirmar que o orçamento da Ação Social pulou de três milhões e seiscentos, para quase dezesseis milhões.

O Deputado Luiz Calixto foi o relator dos quatro primeiros orçamentos do Governo Jorge Viana e defendeu a aprovação do orçamento, porque ele era da base de sustentação do Governo. Hoje está aqui votando contra os outros quatros, porque ele é Oposição. Respeito isso. Respeito profundamente. Não tem nenhum problema. As pessoas têm o direito de mudar de lado. Eu votei em sete orçamentos e quero votar o oitavo, sempre a favor, e esse orçamento de agora, tem a mesma matriz do orçamento de 99, do Governador Jorge Viana. Ah! Têm imperfeições. Tenho certeza que tem. Ah! Podia ser melhor? Tenho certeza que podia ser, mas nós não estamos vivendo no Acre um orçamento e nem estamos no Acre sobre um Governo que está aumentando a miséria. Quem afirma isso está mentindo, não vive no Acre, não reconhece a realidade política do Acre, e só para dar algumas informações, o orçamento da Educação é o orçamento de maior inclusão que já houve neste Estado, 30% como se referia aqui a Deputada Naluh Gouveia. A nossa juventude era condenada. Para vocês terem uma idéia, não existia Ensino Médio em Rodrigues Alves, Marechal Thaumaturgo, Porto Valter, Santa Rosa, Manoel Urbano. Está sendo gasto muito dinheiro, porém com responsabilidade e é gasto bem planejado. Olhem para vocês que integram aqui várias entidades. Essas entidades não conheciam poder público. Não tinham prazer de um dia fazer um convênio para estabelecer parceria, porque o Poder Público estava de costas para a sociedade civil organizada.

Hoje, de manhã, eu passei na Usina de Artes antes de vir para cá e vi ali dois milhões sendo aplicados com a sociedade, através da lei de incentivo à cultura e ao desporto. Dentre tantas entidades e instituições contempladas estava lá a turma do Sou da Madeira. Tinha um monte de criança que aprenderam a tocar o hino. Isso é combate ao trabalho infantil, é programa de inclusão. Portanto, as políticas são transversas. Quem entende minimamente de administração pública sabe que a pessoa tem que fazer as coisas casadas. Por isso, quero parabenizar os artistas do movimento social, pelo excelente trabalho que vêm prestando frente à sociedade civil.

(Sem revisão do orador)

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhora Presidenta, o meu nome foi citado 26 vezes pelos Deputados que me antecederam e de forma deselegante e pejorativa. As afirmações que fiz aqui são consubstancial em dados de órgãos do próprio Governo Federal e do orçamento do Estado. Os dados apresentados são verdadeiros. Fiz providencialmente a afirmação porque estava falando para uma platéia governista, instrumentalizada pelo Governo.

A Deputada Naluh fez dois discursos por que eu não posso fazer também?

Senhora Presidenta, eu queria que nós tratássemos a coisa como deve ser, então que a Presidência não seja condescendente com os Deputados governistas. A Deputada Naluh Gouveia encerrou o discurso e voltou para falar. Contestar tudo bem, fazer agressão não. Obrigado, Senhora Presidenta.

A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Senhores Deputados, a presente Sessão Solene tem por finalidade debater a questão do trabalho infantil, com a palavra o Deputado Taumaturgo Lima.

Deputado **TAUMATURGO LIMA** (PT) – Senhora Presidenta, Senhores Deputados, Delegado do Trabalho, Manoel Quintela, Secretária da Secias, Maria das Graças, Promotora de Justiça, Dra. Kátia, Secretária Municipal do Bem Estar Social, Sra. Estefânia Pontes, o Padre Raimundo, queremos parabenizar o Deputado Moisés Diniz pela iniciativa de propor esta Sessão Solene, para tratar das questões da criança e do adolescente.

Parabenizamos os ativistas, homens e mulheres, instituições que estão comprometidas com essa causa. Queremos dizer que não é verdade quando dizem que não está sendo feito nada em favor da criança e do adolescente, em relação ao trabalho infantil e várias outras ações em favor da criança e do adolescente. Negar o que está sendo feito, é não querer enxergar o que está se passando neste País e em nosso Estado. Reconhecemos que temos problemas sérios, de difícil solução, mas existem pessoas empenhadas, com o desejo e o sonho de um dia acabar a problemática do trabalho infantil e das crianças de ruas, para ver essas crianças brincando, estudando, tendo uma vida saudável.

Sou Auditor do Trabalho, meus amigos Manoel Quintela, Delegado do Trabalho, Maria Andrade e a sociedade reconhecem o que o Ministério do Trabalho vem realizando frente as ações de prevenção ao trabalho infantil. Conta ainda com a ajuda do Ministério Público, da Justiça, entidades não governamentais, do Ministério do Trabalho do Estado, onde temos a Dra. Kátia que é uma pessoa que tem lutado por essa causa e sabe muito bem o trabalho que vem sendo feito aqui em nosso Estado. Não querer reconhecer isso é lamentável, porque a sociedade acreana está empenhada nesta causa.

As ações dos Governos Federal e Estadual são ações que visam combater o trabalho infantil através da Educação no Estado do Acre, chegando até às comunidades ribeirinhas, indígenas e ao setor rural. Isso também é uma forma de combater o trabalho infantil e ao mesmo tempo fazer a inclusão social.

Há pouco tempo, participei juntamente com os Deputados Fernando Melo, Edvaldo Magalhães e Naluh Gouveia da assinatura e entrega dos bônus da Lei de incentivo a cultura e ao esporte. Esta Lei entrou em vigor em nosso Estado com o Governo da Frente Popular,

Jorge Viana. Neste último ano de Governo atingimos dois milhões de reais para o esporte e a cultura do nosso Estado. Essa é uma outra forma de inclusão social e outra forma de combate ao trabalho infantil. Assim podemos levar o jovem do nosso Estado a praticar esporte, lazer e cultura; coisas que não existiam no Estado do Acre e eram vistos como despesas. Mas para o Governo da Frente Popular a cultura e o esporte são investimentos para a nossa juventude e amantes do esporte e do lazer.

Meus amigos, Senhores Deputados, essa Lei de incentivo não é aplicada apenas na capital. Ela beneficia o setor rural e as aldeias indígenas, enfim, beneficia todos os municípios do Estado do Acre. Esse programa da Frente Popular não é visto como despesa e recebe investimentos oriundos do Governo Federal, de ações como o Primeiro Emprego, que tem contemplado muitos jovens do nosso Estado, e nós não podemos negar essas ações e projetos do Governo Federal como o Bolsa-Família.

Um outro projeto importante é o Projeto de Aprendizagem, através do Ministério do Trabalho e outras Instituições que realizam estes projetos no Estado do Acre. Em nosso Estado, o número de jovens contemplados com esse programa aumentou de 80, para 480.

O desemprego no Governo Lula caiu de 14% para menos de 10%, através de ações feitas com dificuldades e com toda a crise que o Governo atravessou. Aceitamos as críticas, desde que sejam construtivas, que elevam o discurso e a nossa auto-estima. Mas nós não podemos, não devemos e nem queremos que as informações cheguem distorcidas para o povo acreano.

Eu tenho certeza do compromisso que tem o companheiro Lula em relação ao povo brasileiro, aos jovens e adolescentes do nosso País. E não tenho dúvida do compromisso assumido pela Frente Popular em 1999.

Portanto, Senhores e Senhoras, nós não podemos deixar de reconhecer o trabalho que vem sendo feito em nosso Estado pelo nosso Governador, pela Frente Popular e pelas Instituições, como o Ministério Público, o Ministério do Trabalho, Justiça, pelas organizações não-governamentais, associações e todas entidades e a sociedade civil organizada, em defesa da causa da criança e do adolescente. E através de iniciativas como essa é que vamos melhorar o nosso trabalho e retirar as crianças das ruas.

(Sem revisão do orador)

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (Líder do PPS – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhora Presidenta, solicito a prorrogação da Sessão, para que eu possa fazer uso da tribuna, pois o debate é muito importante e eu também quero falar a respeito.

A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Colocaremos em votação a Questão de Ordem do Deputado Tarcísio Medeiros. Os Deputados que forem a favor, permaneçam sentados; Os que forem contra, fiquem de pé. De acordo com a maioria, prorrogaremos a Sessão por mais 10 minutos, com a palavra o Deputado Fernando Melo.

Deputado **FERNANDO MELO** (PT) – Muito obrigado, Senhora Presidenta, eu gostaria de começar a minha fala saudando a todas as pessoas que trabalham nessa área tão importante. Tive o prazer de conviver com os Senhores, quando ocupei o cargo de Secretário da Justiça e Segurança Pública e experimentei um pouco do cotidiano de quem trabalha com esse problema que é muito antigo e que aflige todos os países.

Eu gostaria de começar fazendo quatro citações importantes que têm muito a ver com o tema. Primeiro, é uma afirmativa, quando dizem que “a nossa juventude adora o luxo, é mal educada, caçoa da autoridade e não tem o menor respeito pelos mais velhos. Nossos filhos hoje são verdadeiros tiranos; eles não se levantam quando uma pessoa idosa entra, respondem a seus pais e são simplesmente maus”. Essa aí é a primeira citação.

Deputado Luiz Calixto, citando o seu nome pela vigésima sétima vez, a outra citação: “Não tenho mais nenhuma esperança no

futuro do nosso país, se a juventude de hoje tomar o poder amanhã, porque essa juventude é insuportável, desenfreada, simplesmente horrível”.

A terceira citação diz o seguinte: “Nosso mundo atingiu seu ponto crítico; os filhos já não ouvem mais seus pais; o fim do mundo não pode estar muito longe”.

A quarta e última citação, Senhora Presidenta, diz o seguinte: “esta juventude está estragada, até o fundo do coração. Os jovens são malfeitores e preguiçosos; eles jamais serão como a juventude de antigamente. A juventude de hoje não será capaz de manter a nossa cultura”.

Essas quatro citações foram ditas em uma conferência que aconteceu na Inglaterra. A primeira é uma citação feita por Sócrates que viveu nos anos 400 a 399, antes de Cristo; a segunda é de Ezildo que viveu em 720, antes de Cristo; a terceira é de um sacerdote do ano 2000, antes de Cristo. E a quarta e última citação foi inscrita num vaso de argila descoberto nas ruínas da Babilônia, atual Bagdá. E tem mais de 4000 anos.

Falei essas citações para dizer que este não é um problema deste Governo e nem é atual; é um problema muito antigo e tudo indica que ele ainda vai predominar por muitos e muitos anos. Agora, o que não podemos fazer, é deixar de enfrentá-lo.

Eu homenageio os Senhores que são pessoas destacadas de nossa sociedade e trabalham com esse problema, tentando melhorar essa situação. Nesse aspecto, eu defendo, principalmente, o Presidente que assumiu esse governo há três anos e cinco meses e pegou o país com uma das piores distribuições de renda. Por outro lado, depois de 500 anos do descobrimento, nós estamos vivendo um momento histórico na vida brasileira, pois estamos vendo uma verdadeira revolução na distribuição de renda.

Ontem, eu ouvi um comentarista econômico dizer que “a parcela mais pobre da nossa sociedade, que representa 85% da nossa população, convive com uma taxa de crescimento da nossa economia na ordem de 10%. O crescimento de uma economia na ordem de 10% representa o crescimento da China ou da Índia. O Deputado Edvaldo Magalhães tem razão quando afirma que, o resultado das pesquisas também refletem isso, a popularidade e as intenções de voto no Presidente da República estão vindo justamente dessa camada que está vivendo este momento de desenvolvimento. Portanto, são estas as informações que eu quero deixar.

Peço desculpas pelo atraso, pois eu estava numa solenidade em que o Secretário de Agricultura do município e o Prefeito estavam entregando uma patrulha mecanizada para investimentos na área rural e na agricultura do nosso município. Eu vou aqui tentar reproduzir as palavras do nosso digníssimo Prefeito Raimundo Angelim, Deputado eleito nesta Legislatura. Ele dizia que na administração passada, a Secretaria de Agricultura era um Departamentozinho, onde havia pessoas ganhando gratificações, e agora está uma secretaria ativa. Estava lá, a Presidente da FETAC com dezenas de trabalhadores fazendo a vida melhorar e mudar na zona rural.

Quero pedir desculpas por algumas coisas que aconteceram aqui nesta Casa, mas entendam que aqui é uma Casa Legislativa, uma Casa da democracia e estas discussões são muito pertinentes. Digo isso, porque muitos dos Senhores podem ter observado algumas falas aqui e não terem entendido, porque essas pessoas podem não estar morando no Brasil, não estar morando no Acre; mas moram sim. São do Acre, moram aqui; mas, infelizmente fazem parte da nossa Oposição.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador)

A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Com a palavra o Deputado Tarcísio Medeiros.

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (Líder do PPS) – Senhora Presidenta, Senhores Deputados, Senhores e Senhoras, quero aqui cumprimentar a Mesa em nome da Secretaria e da Dra. Kátia, e as demais pessoas que aqui estão na pessoa do Padre. Aqui não quero ver nenhum

Deputado pedindo desculpas por pronunciamento de outro companheiro, porque eu não aceito que nenhum peça desculpas a respeito do meu pronunciamento, se eu não quiser me pronunciar a respeito, se achar que não devo eu não me pronuncio, e se eu me pronunciar é porque acho que devo. Quero parabenizar ao Deputado Moisés diniz pela iniciativa porque muita das vezes esquecemos de falar isso quando vimos aqui nesta tribuna e parabenizo a iniciativa do nosso companheiro e que foi aprovada por todos os outros Deputados, para que acontecesse essa Sessão Solene para debatermos o combate ao trabalho infantil.

Vocês muitas vezes não participam aqui das Sessões, do dia-a-dia da Assembléia, principalmente aqui da tribuna do nosso plenário, mas é isso mesmo. O requerimento foi feito para debatermos o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, mas alguns pronunciamentos desencadeia outros assuntos. Por exemplo: quero parabenizar o companheiro Deputado Luiz Calixto, por ter colocado, com propriedade, principalmente para vocês, algumas questões do nosso dia-a-dia, do nosso trabalho.

O Deputado Edvaldo Magalhães, é bom a gente citar nome, veio dizer que saiu de quatro para dezesseis milhões o dinheiro para os programas sociais, ele quiz dizer que está tudo bem e que não precisamos mais, Dra. Kátia, colocar no orçamento, recursos para que se faça esse trabalho. Então, aqui nós vamos retirar os 21 mil reais que é uma vergonha, mas foi o que o Estado colocou no orçamento para ação social. Deputado Taumaturgo, o Senhor que é economista talvez saiba explicar porque o Estado alocou treze milhões para a mídia e para a APAE não teve nenhum convênio, ano passado, feito pelo Governo do Estado, porque quem administrava era o Dr. Wellington, Dra. Kátia, que é do PMDB, e isso foi dito aqui em Sessões Solenes. E nós nos envergonhamos disso, porque era o Governo que tinha que fazer esses convênios com todas as entidades que trabalham com essas pessoas que precisam.

Nós temos treze milhões Deputado Calixto para a mídia. O que nós temos Deputado Nogueira Lima para a agricultura? Deputado Fernando Melo, V. Exa. disse aqui que o Prefeito estava entregando patrulha mecanizada, quando na realidade retiraram quase todas as patrulhas do Incra das Prefeituras. O Governo retirou e colocou no Deracre, Deputado Taumaturgo, V. Exa. sabia disso? Foi batalha nossa e do Incra distribui as patrulhas mecanizadas para os Prefeitos, para que qualquer Governo que entrasse não dissesse: esse não é do meu Governo, esse não é do meu partido, eu não vou auxiliar com máquinas. Isso é uma vergonha.

A Deputada Naluh falou que pegou uma criança levou para o Educandário. Trabalhar é um papel muito bonito e nós não podemos divulgar isso na Imprensa do Estado. Na Difusora, na TV Aldeia, nas rádios porque nós somos proibidos, nós que fazemos Oposição. Quando o Deputado Calixto vem aqui e diz que tem dados, é verdade. Eu por exemplo, sou Deputado que faço Oposição ao Governo e a Apadeque, a APAE, o Dom Bosco a comunidade Arco-íris recebe desse humilde Deputado recursos, através de emendas, pelo menos é o que nós podemos fazer como Parlamentar. Algumas emendas já foram liberadas e outras não. Mas isso é o que eu posso fazer para ajudar nesse trabalho, e eu faço, e não posso divulgar na Imprensa, e eu acho que devo, Deputado Pe. Vamir e faço sem querer usufruir politicamente, faço porque devo fazer. Tenho uma educação católica, minha casa, minha mãe e meu pai são muito católicos, meu pai e todo mundo fazemos isso. Quero ceder um aparte ao Deputado Luiz Calixto.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM APARTE) – Meus Senhores e Senhoras foi combinado com o Deputado Tarcísio Medeiros a concessão deste aparte, porque regimentalmente é permitido. Foi dito aqui que eu fui Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças desta Assembléia e votei este orçamento, é verdade, mas quando eu fui o relator, quem definia o valor da verba da mídia era a Assembléia e em 1999 foi de um milhão e meio; em 2000 foi de dois milhões, aí depois o Governador mandou me tirar porque não queria alguém para atrapalhá-lo, aqui dentro.

Foi da minha autoria a proibição do uso da verba secreta Deputado Hélio Lopes, V. Exa. que não era Deputado, naquela Legislatura,

o Governador mandou me tirar porque eu atrapalhava e é verdade que eu sai da Situação para ser Oposição, muita gente saiu, principalmente quando esse país se transformou num saco de sujeira, como diz a música do Tom Zé, do Acre, ao Rio de Janeiro e é um direito que eu tenho. Agora, alguns falsos profetas só admitem que alguém assuma essa tribuna, se for para puxar o saco, bajular ou elogiar. Nós admitimos o contraditório. Uma outra afirmação Deputado Tarcísio, quem cuidava da Ação Social no Governo passado era o Deputado César Messias, que é candidato a vice-Governador na chapa da Frente Popular. Portanto, muito cuidado nas agressões que fizerem à administração passada. Muito cuidado para não atingir um aliado. Obrigado.

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (Líder do PPS) – Incorporo o aparte do Deputado Luiz Calixto ao meu modesto pronunciamento. Nós aqui, Dra. Kátia, temos um pedido de CPI da Prostituição Infantil feita pela Deputada Naluh Gouveia e eu acho que está com três anos que nós aprovamos a CPI foi aprovada pelos 24 votos. Essa CPI está engavetada. Não são os Deputados e Deputadas da Oposição que engavetaram. Esse sim é o trabalho que nós temos que fazer aqui na Casa contra a prostituição infantil, contra o trabalho escravo, contra tudo que vier para atingir os nossos jovens. Nós já falamos isso, já cobramos e continuamos a cobrar. Vamos instalar, vamos trabalhar, ajudar. Não queremos dizer aqui que é culpa de A ou B. Mas, está aí, está aprovada e fomos nós da Oposição os primeiros a assinarmos.

Não somos nós que temos o poder de engavetar. Quando o Deputado Calixto fala que tem que ter o cuidado ao falar de administrações passadas, tem que ter mesmo, porque ontem o Presidente Lula estava assistindo o jogo, onde nós ganhamos por um a zero, a diferença foi pouca, ele estava sentado com o Jader barbalho. Não sabia não Deputada Naluh, do seu Presidente? Tomava uma cachacinha ou um uísque que ele é chegado com Jader Barbalho.

Eu acho que temos que ter o maior cuidado, principalmente a Frente Popular quando for falar de administração passada, estão todos no mesmo palanque, agora se a oficializarem a coligação com o PTB, quero ver como vai se comportar, Deputadas e Deputados, Senhoras e Senhores, o ex-Prefeito de Cruzeiro do Sul no mesmo palanque com Zila Bezerra.

Para finalizar, quero, mais uma vez, parabenizar a todos vocês que aqui vieram e colocar o meu gabinete à disposição de todos os segmentos que trabalham nessa área, para que possamos amenizar a situação desses jovens que estão sofrendo tanto.

(Com revisão do orador)

A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Queremos agradecer a presença de todos os Senhores e Senhoras e pedir desculpas por alguns pronunciamentos, pois o foco principal do debate era o trabalho infantil.

Parabenizamos os Senhores e as Senhoras pelo trabalho que vêm desenvolvendo. Em meio a tantas críticas, não podemos deixar de reconhecer o empenho de cada um, independente de serem ou não Secretários.

Em nome da Mesa Diretora, queremos parabenizar cada um de vocês, pessoas com quem já tive o prazer de trabalhar em outros momentos. Que Deus os abençoe e os ajude nessa missão tão difícil e tão gratificante para nossa sociedade.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Solene e convocamos uma Extraordinária para às 14 horas.

19ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 14 de junho de 2006

Presidência: Deputado **HELDER PAIVA**

Secretaria: Deputado **DELOGEM CAMPOS**

PRESENTES: Deputados FERNANDO MELO, JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO,

FRANCISCO VIGA, TAUMATURGO LIMA, do **PT**; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA, JOSÉ LUIS, do **BPM**; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO, HÉLIO LOPES, do **PMDB**; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA, JOSÉ VIEIRA, do **PSDB**; TARCÍSIO MEDEIROS, NOGUEIRA LIMA, do **PPS**; JOSÉ BESTENE, ROBERTO FILHO, do **PP**; DELOGEM CAMPOS, do **PSB**; DINHA CARVALHO, do **PL**; LUIZ CALIXTO, do **PDT**.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 53/2006, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a realizar a cessão do imóvel urbano, de propriedade do Estado do Acre ao Município de Sena Madureira”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

20ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 14 de junho de 2006

Presidência: Deputado **HELDER PAIVA**

Secretaria: Deputado **DELOGEM CAMPOS**

PRESENTES: Deputados FERNANDO MELO, JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, FRANCISCO VIGA, TAUMATURGO LIMA, do **PT**; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA, JOSÉ LUIS, do **BPM**; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO, HÉLIO LOPES, do **PMDB**; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA, JOSÉ VIEIRA, do **PSDB**; TARCÍSIO MEDEIROS, NOGUEIRA LIMA, do **PPS**; JOSÉ BESTENE, ROBERTO FILHO, do **PP**; DELOGEM CAMPOS, do **PSB**; DINHA CARVALHO, do **PL**; LUIZ CALIXTO, do **PDT**.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 54/2006, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a alienar os bens móveis inservíveis dos órgãos da administração pública direta e indireta estadual”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

21ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 14 de junho de 2006

Presidência: Deputado **HELDER PAIVA**

Secretaria: Deputado **DELOGEM CAMPOS**

PRESENTES: Deputados FERNANDO MELO, JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, FRANCISCO VIGA, TAUMATURGO LIMA, do **PT**; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO

OLIVEIRA, JOSÉ LUIS, do **BPM**; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO, HÉLIO LOPES, do **PMDB**; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA, JOSÉ VIEIRA, do **PSDB**; TARCÍSIO MEDEIROS, NOGUEIRA LIMA, do **PPS**; JOSÉ BESTENE, ROBERTO FILHO, do **PP**; DELORGEM CAMPOS, do **PSB**; DINHA CARVALHO, do **PL**; LUIZ CALIXTO, do **PDT**.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 55/2006, de autoria do Poder Executivo, que “Altera dispositivo da Lei n. 528, de 13 de maio de 1974”.

Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

22ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 14 de junho de 2006
Presidência: Deputado **HELDER PAIVA**
Secretaria: Deputado **DELORGEM CAMPOS**

PRESENTES: Deputados FERNANDO MELO, JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, FRANCISCO VIGA, TAUMATURGO LIMA, do **PT**; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA, JOSÉ LUIS, do **BPM**; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO, HÉLIO LOPES, do **PMDB**; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA, JOSÉ VIEIRA, do **PSDB**; TARCÍSIO MEDEIROS, NOGUEIRA LIMA, do **PPS**; JOSÉ BESTENE, ROBERTO FILHO, do **PP**; DELORGEM CAMPOS, do **PSB**; DINHA CARVALHO, do **PL**; LUIZ CALIXTO, do **PDT**.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do parecer exarado ao Projeto de Lei n. 53/2006, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a realizar a cessão do imóvel urbano, de propriedade do Estado do Acre ao Município de Sena Madureira”.

Em discussão, não houve oradores.
Em votação, os Senhores Deputados que concordarem com o Projeto, fiquem de pé. Os que discordarem, permaneçam sentados. Aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário, que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

23ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 14 de junho de 2006
Presidência: Deputado **HELDER PAIVA**
Secretaria: Deputado **DELORGEM CAMPOS**

PRESENTES: Deputados FERNANDO MELO, JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, FRANCISCO VIGA, TAUMATURGO LIMA, do **PT**; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA, JOSÉ LUIS, do **BPM**; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO, HÉLIO LOPES, do **PMDB**; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA, JOSÉ VIEIRA, do **PSDB**; TARCÍSIO MEDEIROS, NOGUEIRA LIMA, do **PPS**; JOSÉ BESTENE, ROBERTO FILHO, do **PP**; DELORGEM CAMPOS, do **PSB**; DINHA CARVALHO, do **PL**; LUIZ CALIXTO, do **PDT**.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 54/2006, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a alienar os bens móveis inservíveis dos órgãos da administração pública direta e indireta estadual”.

Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

24ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 14 de junho de 2006
Presidência: Deputado **HELDER PAIVA**
Secretaria: Deputado **DELORGEM CAMPOS**

PRESENTES: Deputados FERNANDO MELO, JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, FRANCISCO VIGA, TAUMATURGO LIMA, do **PT**; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA, JOSÉ LUIS, do **BPM**; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO, HÉLIO LOPES, do **PMDB**; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA, JOSÉ VIEIRA, do **PSDB**; TARCÍSIO MEDEIROS, NOGUEIRA LIMA, do **PPS**; JOSÉ BESTENE, ROBERTO FILHO, do **PP**; DELORGEM CAMPOS, do **PSB**; DINHA CARVALHO, do **PL**; LUIZ CALIXTO, do **PDT**.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 55/2006, de autoria do Poder Executivo, que “Altera dispositivo da Lei n. 528, de 13 de maio de 1974”.

Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, o referido Projeto irá à Sanção Governamental.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos uma Ordinária para dia e hora regimental.

Diversos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADE

Ata da 11ª Sessão Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.
Realizada em 6 de junho de 2006.
Presidência: Deputado **Sérgio Oliveira**
Secretaria: Deputado **Edvaldo Magalhães**

Às treze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Deputado **Sérgio Oliveira**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado **Edvaldo Magalhães**, Secretário em exercício, presentes os Deputados **Fernando Melo**, **Juarez Leitão**, **Naluh Gouveia**, **Pe. Valmir Figueredo**, **Francisco Viga** e **Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Elson Santiago**, **Moisés Diniz** e **José Luis**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Antonia Sales**, **Chagas Romão** e **Hélio Lopes**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Luiz Gonzaga**, **Helder Paiva** e **José Vieira**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Tarcísio Medeiros** e **Nogueira Lima**, do Partido Popular Socialista – PPS; **José Bestene** e **Roberto Filho**, do Partido Progressista – PP; **Delorgem Campos**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Dinha Carvalho**, do Partido Liberal – PL; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT. Foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente

solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em Redação Final, da **Mensagem Governamental N. 882/2006**, de autoria do Poder Executivo, o qual “Encaminha o nome do Bacharel em Ciências Contábeis, José de Anchieta Batista, cujo diploma e currículo segue em anexo”. Em discussão, não houve oradores. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou aos Nobres Parlamentares que a votação do referido Projeto seria nominal. A seguir o Senhor Secretário procedeu à chama para votação na seguinte ordem: **Partido dos Trabalhadores – PT**: Deputados: Fernando Melo – Sim; Juarez Leitão – sim; Naluh Gouveia – sim; Pe. Valmir Figueredo – sim; Taumaturgo Lima – sim; **Bloco Popular Mobilizador – BPM**: Deputados: Edvaldo Magalhães – sim; Elson Santiago – sim; Moisés Diniz – sim; Sérgio Oliveira – sim; José Luis – sim; **Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB**: Deputados: Antonia Sales – sim; Chagas Romão – sim; Hélio Lopes – sim; **Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB**: Deputados: Luiz Gonzaga – sim; Helder Paiva – sim; José Vieira – sim; **Partido Popular Socialista – PPS**: Deputados: Tarcísio Medeiros – sim; Nogueira Lima – sim; **Partido Progressista – PP**: Deputados: José Bestene – sim; Roberto Filho – sim; **Partido Socialista Brasileiro – PSB**: Deputado: Delorgem Campos – sim; **Partido Liberal – PL**: Deputada: Dinha Carvalho – sim; **Partido Democrático Trabalhista – PDT**: Deputado: Luiz Calixto – falou ao Presidente que iria votar sim, sendo que a Oposição vai exigir do Professor José Anchieta, responsabilidade, honestidade e transparência, haja vista que ele estaria administrando o patrimônio do funcionalismo público do Estado do Acre, e não do Governo do Estado do Acre. Em votação, foi aprovado por 24 (vinte e quattos) votos. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou ao Plenário, que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria iria à Sanção Governamental. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, encerrou a presente Sessão Extraordinária, precisamente, às treze horas e trinta e oito minutos, convocando uma outra Sessão Extraordinária para dez minutos após o término desta. E, para constar, eu, *Maria Aparecida Jardim Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

Sérgio Oliveira
Presidente

José Bestene
1º Secretário

Delorgem Campos
2º Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADE

Ata da 12ª Sessão Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 6 de junho de 2006.

Presidência: Deputado **Sérgio Oliveira**

Secretaria: Deputado **Edvaldo Magalhães**

Às treze horas e quarenta e três minutos, sob a Presidência do Deputado **Sérgio Oliveira**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado **Edvaldo Magalhães**, Secretário em exercício, presentes os Deputados **Fernando Melo, Juarez Leitão, Naluh Gouveia, Pe. Valmir Figueredo, Francisco Viga e Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Elson Santiago, Moisés Diniz e José Luis**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Antonia Sales, Chagas Romão e Hélio Lopes**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Luiz Gonzaga, Helder Paiva e José Vieira**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Tarcísio Medeiros e Nogueira Lima**, do Partido Popular Socialista – PPS; **José Bestene e Roberto Filho**, do Partido Progressista – PP; **Delorgem Campos**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Dinha Carvalho**, do Partido Liberal – PL; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT. Foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em primeira discussão e

primeira votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei N. 52/2006**, de autoria do Poder Executivo, o qual “Altera a Lei N. 1.382, de 5 de março de 2001, que dispõe sobre as Terras Públicas do Estado do Acre, e dá outras providências”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 23 (vinte e três) votos. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou ao Plenário, que tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo iria à Redação Final. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, encerrou a presente Sessão Extraordinária, precisamente, às treze horas e quarenta e cinco minutos, convocando uma outra Sessão Extraordinária para dez minutos após o término desta. E, para constar, eu, *Maria Aparecida Jardim Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

Sérgio Oliveira
Presidente

José Bestene
1º Secretário

Delorgem Campos
2º Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADE

Ata da 13ª Sessão Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 6 de junho de 2006.

Presidência: Deputado **Sérgio Oliveira**

Secretaria: Deputado **Edvaldo Magalhães**

Às treze horas e cinquenta minutos, sob a Presidência do Deputado **Sérgio Oliveira**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado **Edvaldo Magalhães**, Secretário em exercício, presentes os Deputados **Fernando Melo, Juarez Leitão, Naluh Gouveia, Pe. Valmir Figueredo, Francisco Viga e Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Elson Santiago, Moisés Diniz e José Luis**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Antonia Sales, Chagas Romão e Hélio Lopes**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Luiz Gonzaga, Helder Paiva e José Vieira**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Tarcísio Medeiros e Nogueira Lima**, do Partido Popular Socialista – PPS; **José Bestene e Roberto Filho**, do Partido Progressista – PP; **Delorgem Campos**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Dinha Carvalho**, do Partido Liberal – PL; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT. Foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei N. 39/2006**, de autoria do Poder Executivo, o qual “Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terra do Acre-ITERACRE a outorgar, sob condição resolutive, concessão de direito real de uso nas áreas das Florestas Públicas Estaduais do Rio Gregório, do Rio Liberdade, do Mogno e do Antimary, para efeito de regularização fundiária”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 23 (vinte e três) votos. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou ao Plenário, que tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo iria à Redação Final. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, encerrou a presente Sessão Extraordinária, precisamente, às treze horas e cinquenta e três minutos, convocando uma outra Sessão Extraordinária para cinco minutos após o término desta. E, para constar, eu, *Maria Aparecida Jardim Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

Sérgio Oliveira
Presidente

José Bestene
1º Secretário

Delorgem Campos
2º Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADE

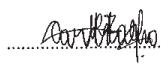
Ata da 14ª Sessão Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa da
Décima Primeira Legislatura.

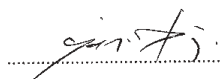
Realizada em 6 de junho de 2006.

Presidência: Deputado **Sérgio Oliveira**

Secretaria: Deputado **Edvaldo Magalhães**

Às treze horas e cinquenta e oito minutos, sob a Presidência do Deputado **Sérgio Oliveira**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado **Edvaldo Magalhães**, Secretário em exercício, presentes os Deputados **Fernando Melo, Juarez Leitão, Naluh Gouveia, Pe. Valmir Figueredo, Francisco Viga e Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Elson Santiago, Moisés Diniz e José Luis**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Antonia Sales, Chagas Romão e Hélio Lopes**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Luiz Gonzaga, Helder Paiva e José Vieira**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Tarcísio Medeiros e Nogueira Lima**, do Partido Popular Socialista – PPS; **José Bestene e Roberto Filho**, do Partido Progressista – PP; **Delorgem Campos**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Dinha Carvalho**, do Partido Liberal – PL; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT. Foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei Complementar N. 6/2006**, de autoria do Poder Executivo, o qual “Institui e organiza, no âmbito do Estado do Acre, o sistema Estadual de Ensino e dá outras providências”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 23 (vinte e três) votos. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou ao Plenário, que tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo iria à Redação Final. O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei N. 33/2006**, de autoria do Deputado Chagas Romão, o qual “Institui a Semana da Água e dá outras providências”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 23 (vinte e três) votos. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou ao Plenário, que tendo o referido projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, a referida Matéria iria à Redação Final. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, encerrou a presente Sessão Extraordinária, precisamente, às quatorze horas e um minuto, convocando uma outra Sessão Extraordinária para dez minutos após o término desta. E, para constar, eu, *Maria Aparecida Jordani Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.


.....
Presidente


.....
1º Secretário


.....
2º Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADE

Ata da 15ª Sessão Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa da
Décima Primeira Legislatura.

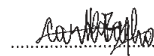
Realizada em 6 de junho de 2006.

Presidência: Deputado **Sérgio Oliveira**

Secretaria: Deputado **Edvaldo Magalhães**

Às quatorze horas e seis minutos, sob a Presidência do Deputado **Sérgio Oliveira**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado **Edvaldo Magalhães**, Secretário em exercício, presentes os Deputados **Fernando Melo, Juarez Leitão, Naluh Gouveia, Pe. Valmir Figueredo, Francisco Viga e Taumaturgo Lima**, do Partido dos

Trabalhadores – PT; **Elson Santiago, Moisés Diniz e José Luis**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Antonia Sales, Chagas Romão e Hélio Lopes**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Luiz Gonzaga, Helder Paiva e José Vieira**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Tarcísio Medeiros e Nogueira Lima**, do Partido Popular Socialista – PPS; **José Bestene e Roberto Filho**, do Partido Progressista – PP; **Delorgem Campos**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Dinha Carvalho**, do Partido Liberal – PL; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT. Foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei N. 39/2006**, de autoria do Poder Executivo, o qual “Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terra do Acre-ITERACRE a outorgar, sob condição resolutive, concessão de direito real de uso nas áreas das Florestas Públicas Estaduais do Rio Gregório, do Rio Liberdade, do Mogno e do Antimary, para efeito de regularização fundiária”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, os Senhores Deputados que forem a favor, permaneçam sentados, o que forem contra, fiquem pé. Aprovado por 23 (vinte e três) votos. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou ao Plenário, que após a expedição dos Autógrafos, o Projeto iria à Sanção Governamental. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, encerrou a presente Sessão Extraordinária, precisamente, às quatorze horas e nove minutos, convocando uma outra Sessão Extraordinária para dez minutos após o término desta. E, para constar, eu, *Maria Aparecida Jordani Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.


.....
Presidente


.....
1º Secretário


.....
2º Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADE

Ata da 16ª Sessão Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa da
Décima Primeira Legislatura.

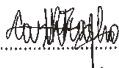
Realizada em 6 de junho de 2006.

Presidência: Deputado **Sérgio Oliveira**

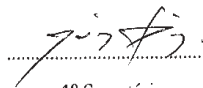
Secretaria: Deputado **Edvaldo Magalhães**

Às quatorze horas e quatorze minutos, sob a Presidência do Deputado **Sérgio Oliveira**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado **Edvaldo Magalhães**, Secretário em exercício, presentes os Deputados **Fernando Melo, Juarez Leitão, Naluh Gouveia, Pe. Valmir Figueredo, Francisco Viga e Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Elson Santiago, Moisés Diniz e José Luis**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Antonia Sales, Chagas Romão e Hélio Lopes**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Luiz Gonzaga, Helder Paiva e José Vieira**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Tarcísio Medeiros e Nogueira Lima**, do Partido Popular Socialista – PPS; **José Bestene e Roberto Filho**, do Partido Progressista – PP; **Delorgem Campos**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Dinha Carvalho**, do Partido Liberal – PL; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT. Foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei Complementar N. 6/2006**, de autoria do Poder Executivo, o qual “Institui e organiza, no âmbito do Estado do Acre, o Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 23 (vinte e três) votos. O Senhor

Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou ao Plenário, que após a expedição dos Autógrafos, o referido Projeto iria à Sanção Governamental. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, encerrou a presente Sessão Extraordinária, precisamente, às quatorze horas e vinte e dois minutos, convocando uma outra Sessão Extraordinária para dez minutos após o término desta. E, para constar, eu, *Maria Aparecida Jardim Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.



Presidente



1º Secretário



2º Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADE


Ata da 17ª Sessão Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 6 de junho de 2006.

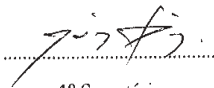
Presidência: Deputado **Sérgio Oliveira**

Secretaria: Deputado **Edvaldo Magalhães**

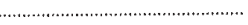
Às quatorze horas e vinte e oito minutos, sob a Presidência do Deputado **Sérgio Oliveira**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado **Edvaldo Magalhães**, Secretário em exercício, presentes os Deputados **Fernando Melo, Juarez Leitão, Naluh Gouveia, Pe. Valmir Figueredo, Francisco Viga e Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Elson Santiago, Moisés Diniz e José Luis**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Antonia Sales, Chagas Romão e Hélio Lopes**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Luiz Gonzaga, Helder Paiva e José Vieira**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Tarcísio Medeiros e Nogueira Lima**, do Partido Popular Socialista – PPS; **José Bestene e Roberto Filho**, do Partido Progressista – PP; **Delorgem Campos**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Dinha Carvalho**, do Partido Liberal – PL; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT. Foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei N. 52/2006**, de autoria do Poder Executivo, o qual “Altera a Lei N. 1.382, de 5 de março de 2001, que dispõe sobre as Terras Públicas do Estado do Acre, e dá outras providências”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 23 (vinte e três) votos. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou ao Plenário, que após a expedição dos Autógrafos, o referido Projeto iria à Sanção Governamental. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, encerrou a presente Sessão Extraordinária, precisamente, às quatorze horas e vinte e dois minutos, convocando uma outra Sessão Extraordinária para dez minutos após o término desta. E, para constar, eu, *Maria Aparecida Jardim Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.



Presidente



1º Secretário



2º Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADE

Ata da 18ª Sessão Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 6 de junho de 2006.

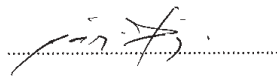
Presidência: Deputado **Sérgio Oliveira**

Secretaria: Deputado **Edvaldo Magalhães**

Às quatorze horas e trinta e três minutos, sob a Presidência do Deputado **Sérgio Oliveira**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado **Edvaldo Magalhães**, Secretário em exercício, presentes os Deputados **Fernando Melo, Juarez Leitão, Naluh Gouveia, Pe. Valmir Figueredo, Francisco Viga e Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Elson Santiago, Moisés Diniz e José Luis**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Antonia Sales, Chagas Romão e Hélio Lopes**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Luiz Gonzaga, Helder Paiva e José Vieira**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Tarcísio Medeiros e Nogueira Lima**, do Partido Popular Socialista – PPS; **José Bestene e Roberto Filho**, do Partido Progressista – PP; **Delorgem Campos**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Dinha Carvalho**, do Partido Liberal – PL; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT. Foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei N. 33/2006**, de autoria do Deputado Chagas Romão, o qual “Institui a Semana da Água e dá outras providências”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 23 (vinte e três) votos. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou ao Plenário, que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria iria à Sanção Governamental. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, encerrou a presente Sessão Extraordinária, precisamente, às quatorze horas e trinta e cinco minutos, convocando uma outra Sessão Extraordinária para dez minutos após o término desta. E, para constar, eu, *Maria Aparecida Jardim Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.



Presidente



1º Secretário



2º Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADE

Ata da 19ª Sessão Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 14 de junho de 2006.

Presidência: Deputado **Helder Paiva**

Secretaria: Deputado **Delorgem Campos**

Às quatorze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Deputado **Helder Paiva**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, em exercício, secretariada pelo Deputado **Delorgem Campos**, Secretário em exercício, presentes os Deputados **Fernando Melo, Juarez Leitão, Naluh Gouveia, Pe. Valmir Figueredo, Francisco Viga e Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães, Elson Santiago, Moisés Diniz, Sérgio Oliveira e José Luis**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Antonia Sales, Chagas Romão e Hélio Lopes**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Luiz Gonzaga e José Vieira**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Tarcísio Medeiros e Nogueira Lima**, do Partido Popular Socialista – PPS; **José Bestene e Roberto Filho**, do Partido Progressista – PP; **Dinha Carvalho**, do Partido Liberal – PL; e **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT. Foram abertos os

trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei N. 53/2006**, de autoria do Poder Executivo, o qual “Autoriza o Poder Executivo a realizar a cessão de imóvel urbano, de propriedade do Estado do Acre ao Município de Sena Madureira”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 23 (vinte e três) votos. O Senhor Presidente, **Helder Paiva**, comunicou ao Plenário, que tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo iria à Redação Final. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Helder Paiva**, encerrou a presente Sessão Extraordinária, precisamente, às quatorze horas e trinta e cinco minutos, convocando uma outra Sessão Extraordinária para cinco minutos após o término desta. E, para constar, eu, *Maria Aparecida Jardim Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

.....
Presidente
.....
1º Secretário 2º Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADE

Ata da 20ª Sessão Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.
Realizada em 14 de junho de 2006.
Presidência: Deputado **Helder Paiva**
Secretaria: Deputado **Delorgem Campos**

Às quatorze horas e quarenta minutos, sob a Presidência do Deputado **Helder Paiva**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, em exercício, secretariada pelo Deputado **Delorgem Campos**, Secretário em exercício, presentes os Deputados **Fernando Melo, Juarez Leitão, Naluh Gouveia, Pe. Valmir Figueredo, Francisco Viga e Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães, Elson Santiago, Moisés Diniz, Sérgio Oliveira e José Luis**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Antonia Sales, Chagas Romão e Hélio Lopes**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Luiz Gonzaga e José Vieira**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Tarcísio Medeiros e Nogueira Lima**, do Partido Popular Socialista – PPS; **José Bestene e Roberto Filho**, do Partido Progressista – PP; **Dinha Carvalho**, do Partido Liberal – PL; e **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT. Foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei N. 54/2006**, de autoria do Poder Executivo, o qual “Autoriza o Poder Executivo a alienar os bens moveis inservíveis dos órgãos da administração pública direta e indireta estadual”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 23 (vinte e três) votos. O Senhor Presidente, **Helder Paiva**, comunicou ao Plenário, que tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo iria à Redação Final. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Helder Paiva**, encerrou a presente Sessão Extraordinária, precisamente, às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, convocando uma outra Sessão Extraordinária para cinco minutos após o término desta. E, para constar, eu, *Maria Aparecida Jardim Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

.....
Presidente
.....
1º Secretário 2º Secretário

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADE

Ata da 21ª Sessão Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.
Realizada em 14 de junho de 2006.
Presidência: Deputado **Helder Paiva**
Secretaria: Deputado **Delorgem Campos**

Às quatorze horas e cinquenta minutos, sob a Presidência do Deputado **Helder Paiva**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, em exercício, secretariada pelo Deputado **Delorgem Campos**, Secretário em exercício, presentes os Deputados **Fernando Melo, Juarez Leitão, Naluh Gouveia, Pe. Valmir Figueredo, Francisco Viga e Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães, Elson Santiago, Moisés Diniz, Sérgio Oliveira e José Luis**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Antonia Sales, Chagas Romão e Hélio Lopes**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Luiz Gonzaga e José Vieira**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Tarcísio Medeiros e Nogueira Lima**, do Partido Popular Socialista – PPS; **José Bestene e Roberto Filho**, do Partido Progressista – PP; **Dinha Carvalho**, do Partido Liberal – PL; e **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT. Foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei N. 55/2006**, de autoria do Poder Executivo, o qual “Altera dispositivo da Lei n. 528, de 13 de maio de 1974”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 23 (vinte e três) votos. O Senhor Presidente, **Helder Paiva**, comunicou ao Plenário, que tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo iria à Redação Final. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Helder Paiva**, encerrou a presente Sessão Extraordinária, precisamente, às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos, convocando uma outra Sessão Extraordinária para cinco minutos após o término desta. E, para constar, eu, *Maria Aparecida Jardim Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

.....
Presidente
.....
1º Secretário 2º Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADE

Ata da 22ª Sessão Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.
Realizada em 14 de junho de 2006.
Presidência: Deputado **Helder Paiva**
Secretaria: Deputado **Delorgem Campos**

Às quinze horas, sob a Presidência do Deputado **Helder Paiva**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, em exercício, secretariada pelo Deputado **Delorgem Campos**, Secretário em exercício, presentes os Deputados **Fernando Melo, Juarez Leitão, Naluh Gouveia, Pe. Valmir Figueredo, Francisco Viga e Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães, Elson Santiago, Moisés Diniz, Sérgio Oliveira e José Luis**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Antonia Sales, Chagas Romão e Hélio Lopes**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Luiz Gonzaga e José Vieira**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Tarcísio Medeiros e Nogueira Lima**, do Partido Popular Socialista – PPS; **José Bestene e Roberto Filho**, do Partido Progressista – PP; **Dinha Carvalho**, do Partido Liberal – PL; e **Luiz Calixto**, do

Partido Democrático Trabalhista – PDT. Foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei N. 53/2006**, de autoria do Poder Executivo, o qual “Autoriza o Poder Executivo a realizar a cessão do imóvel urbano, de propriedade do Estado do Acre ao Município de Sena Madureira”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, os Senhores Deputados que concordarem com o Projeto, fiquem de pé; os que discordarem, permaneçam sentados. Foi aprovado por 23 (vinte e três) votos. O Senhor Presidente, **Helder Paiva**, comunicou ao Plenário, que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria iria à Sanção Governamental. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Helder Paiva**, encerrou a presente Sessão Extraordinária, precisamente, às quinze horas e cinco minutos, convocando uma outra Sessão Extraordinária para cinco minutos após o término desta. E, para constar, eu, *Maria Aparecida Jardim Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

.....
Presidente

.....
1º Secretário

.....
2º Secretário

Ata da 23ª Sessão Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 14 de junho de 2006.

Presidência: Deputado **Helder Paiva**

Secretaria: Deputado **Delorgem Campos**

Às quinze horas e dez minutos, sob a Presidência do Deputado **Helder Paiva**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, em exercício, secretariada pelo Deputado **Delorgem Campos**, Secretário em exercício, presentes os Deputados **Fernando Melo, Juarez Leitão, Naluh Gouveia, Pe. Valmir Figueredo, Francisco Viga e Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães, Elson Santiago, Moisés Diniz, Sérgio Oliveira e José Luis**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Antonia Sales, Chagas Romão e Hélio Lopes**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Luiz Gonzaga e José Vieira**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Tarcísio Medeiros e Nogueira Lima**, do Partido Popular Socialista – PPS; **José Bestene e Roberto Filho**, do Partido Progressista – PP; **Dinha Carvalho**, do Partido Liberal – PL; e **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT. Foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei N. 54/2006**, de autoria do Poder Executivo, o qual “Autoriza o Poder Executivo a alienar os bens móveis inservíveis dos órgãos da administração pública direta e indireta estadual”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 23 (vinte e três) votos. O Senhor Presidente, **Helder Paiva**, comunicou ao Plenário, que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria iria à Sanção Governamental. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Helder Paiva**, encerrou a presente Sessão Extraordinária, precisamente, às quinze horas e quinze minutos, convocando uma outra Sessão Extraordinária para cinco minutos após o término desta. E, para constar, eu, *Maria Aparecida Jardim Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

.....
Presidente

.....
1º Secretário

.....
2º Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADE

Ata da 24ª Sessão Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 14 de junho de 2006.

Presidência: Deputado **Helder Paiva**

Secretaria: Deputado **Delorgem Campos**

Às quinze horas e vinte minutos, sob a Presidência do Deputado **Helder Paiva**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, em exercício, secretariada pelo Deputado **Delorgem Campos**, Secretário em exercício, presentes os Deputados **Fernando Melo, Juarez Leitão, Naluh Gouveia, Pe. Valmir Figueredo, Francisco Viga e Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães, Elson Santiago, Moisés Diniz, Sérgio Oliveira e José Luis**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Antonia Sales, Chagas Romão e Hélio Lopes**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Luiz Gonzaga e José Vieira**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Tarcísio Medeiros e Nogueira Lima**, do Partido Popular Socialista – PPS; **José Bestene e Roberto Filho**, do Partido Progressista – PP; **Dinha Carvalho**, do Partido Liberal – PL; e **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT. Foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei N. 55/2006**, de autoria do Poder Executivo, o qual “Altera dispositivo da Lei n. 528, de 13 de maio de 1974”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 23 (vinte e três) votos. O Senhor Presidente, **Helder Paiva**, comunicou ao Plenário, que após a expedição dos Autógrafos, o referido Projeto iria à Sanção Governamental. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Helder Paiva**, encerrou a presente Sessão Extraordinária, precisamente, às quinze horas e vinte e cinco minutos, convocando uma Ordinária para dia e hora regimental. E, para constar, eu, *Maria Aparecida Jardim Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

.....
Presidente

.....
1º Secretário

.....
2º Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADES

Ata da 5ª Sessão Solene da Quarta Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 14 de junho de 2006.

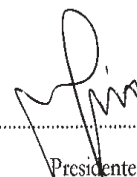
Presidência: Deputados **Helder Paiva e Dinha Carvalho**

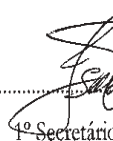
Secretaria: Deputado **Delorgem Campos**

Às dez horas e quatorze minutos, sob a Presidência do Deputado **Helder Paiva**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre,

em exercício, secretariada pelo Deputado **Delorgem Campos**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados **Fernando Melo**, **Juarez Leitão**, **Naluh Gouveia**, **Pe. Valmir Figueredo**, **Francisco Viga** e **Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães**, **Elson Santiago**, **Moisés Diniz**, **Sérgio Oliveira** e **José Luís**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Antonia Sales**, **Chagas Romão** e **Hélio Lopes**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Luiz Gonzaga** e **José Vieira**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Tarcísio Medeiros** e **Nogueira Lima**, do Partido Popular Socialista – PPS; **José Bestene** e **Roberto Filho**, do Partido Progressista – PP; **Dinha Carvalho**, do Partido Liberal – PL; **Luiz Calixto**, do Partido do Democrático Trabalhista – PDT. Lida a Ata da Sessão anterior, foi a mesma aprovada sem restrições. O **Expediente do Dia** constou de: **Ofício n. 34/2006**, do Coordenador do CFO, Roberto Marques da Silva – 1º Ten. PM, solicitando a doação de 100 (cem) exemplares atualizados das Constituições Federal e Estadual, a esta Academia; **Ofício n. 68/2006**, do Comandante Geral da CBMAC, Francisco de Assis Jardim – Cel. PM, encaminhando as alterações da Lei 528/74, que trata do Estatuto dos Policiais Militares do Acre, visando a adequação aos novos Concursos Públicos da PMAC, e CBMAC; **OF.GP. N. 233/2006**, da Presidenta do Tribunal Eleitoral do Acre, Desembargadora Izaura Maia, solicitando a disponibilidade dos servidores Edevaldo da Silva Souza e Walter Sobreira Lima Filho, pertencentes ao quadro efetivo desta Casa, objetivando a prestação de serviços na Secretaria deste Tribunal, até o dia 31 de dezembro de 2006, com ônus para o órgão de origem (Lei n. 6999/1982 e Resolução TSE n. 20.753/2000); **Ofício n. 320/GSMTT/2006**, do Superintendente Municipal de Transportes e Trânsito, Engenheiro Ricardo Lopes Torres, em resposta à Indicação n. 97/2006, de autoria do Deputado José Luis, informando que tal solicitação de alteração do percurso da linha Pólo Belo Jardim já foi discutida anteriormente, aguardando para entrar em operação em breve, após a conclusão de uma reforma no carro (ônibus) que faz o percurso; **Carta**, do Ministério da Saúde, informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde em cumprimento ao art. 1º da Lei N. 9.452, de 20/03/1997; **Mensagem N. 890/2006**, de autoria do Poder Executivo, o qual “Autoriza o Poder Executivo a realizar a cessão de imóvel urbano, de propriedade do Estado do Acre ao Município de Sena Madureira”; **Mensagem N. 891/2006**, de autoria do Poder Executivo, o qual “Autoriza o Poder Executivo a alienar os bens móveis inservíveis dos órgãos da administração pública direta e indireta estadual”. **Mensagem N. 892/2006**, de autoria do Poder Executivo, o qual “Altera dispositivo da Lei n. 528, de 13 de maio de 1974”. O Senhor Presidente, **Helder Paiva**, suspendeu a Sessão por tempo indeterminado. **(PAUSA)**. Reaberta a Sessão e conforme Requerimento n. 37/2006, de autoria do Deputado Moisés Diniz, a Sessão de hoje tem como objetivo debatermos as questões ligadas a criança, ao adolescente e ao trabalho infantil, no nosso Estado e solicitou às lideranças partidárias, para acompanharem os convidados ao Plenário da Casa. **(PAUSA)**. Reaberta a Sessão o Senhor Presidente, **Helder Paiva**, convidou a Dra. Kátia Guimarães, Promotora da Infância e Juventude no Acre; a Senhora Maria das Graças Alves, Secretária Estadual de Cidadania e Assistência Social; o Senhor Manoel Quintela, Delegado Regional do Trabalho; Padre Raimundo, representando a Diocese de Rio Branco, para comporem a Mesa. Dando continuidade usaram da palavra o Deputado **Moisés Diniz**, do BPM; a Senhora **Estefânia Pontes**, Secretária do Bem Estar Social; **Maria das Graças**, Secretária Estadual de Cidadania e Assistência Social; **Carlos Cézar**, Representante do Movimento de Rua; **Manoel**

Quintela, Delegado Regional do Trabalho; **Padre Raimundo**, Representante da Diocese de Rio Branco; os Deputados **Luiz Calixto**, do PDT; **Naluh Gouveia**, do PT; e **Pe. Valmir Figueredo**, do PT. O Senhor Presidente, **Helder Paiva**, passou a direção dos trabalhos à Deputada Dinha Carvalho. A seguir usaram da palavra os Deputados **Nogueira Lima**, do PPS; **Edvaldo Magalhães**, Líder do Governo. Em **Questão de Ordem**, o Deputado **Luiz Calixto**, Líder do PDT, comunicou que seu nome foi citado 26 vezes pelos Deputados que o antecederam e de forma desleigante e pejorativa e informou também que as afirmações que fez aqui nesta Tribuna, são consubstancial em dados de órgãos do próprio Governo Federal e do orçamento do Estado e que os dados apresentados são verdadeiros. Ele fez providencialmente a afirmação, porque estava falando para uma platéia governista, instrumentalizada pelo Governo. E disse também que a Deputada Naluh fez dois discursos, por que ele não poderia fazer também? Informou que queria que tratassem a coisa como deve ser, que a Presidência não fosse condescendente com os Deputados governistas. E falou que a Deputada Naluh encerrou o discurso e voltou para falar. Contestar tudo bem. Agredir não. A Senhora Presidenta, **Dinha Carvalho**, comunicou que a presente Sessão Solene tem por finalidade debater a questão do trabalho infantil. A seguir usou da palavra o Deputado **Taumaturgo Lima**, do PT. Em **Questão de Ordem**, o Deputado **Tarcísio Medeiros**, Líder do PPS, solicitou a prorrogação da Sessão, para que ele possa fazer uso da tribuna, pois o debate é muito importante e ele também queria falar a respeito. A Senhora Presidenta, **Dinha Carvalho**, colocou em votação a Questão de Ordem do Deputado Tarcísio Medeiros. Os Deputados que forem a favor, permaneçam sentados; os que forem contra, fiquem de pé. De acordo com a maioria, a Sessão seria prorrogada por mais 10 minutos. Em seguida usaram da palavra os Deputados **Fernando Melo**, do PT; e **Tarcísio Medeiros**, Líder PPS, que foi apartado pelo Deputado Luiz Calixto. A Senhora Presidenta, **Dinha Carvalho**, agradeceu a presença de todos os Senhores e Senhoras e pediu desculpas por alguns pronunciamentos, pois o foco principal do debate era o trabalho infantil. E parabenizou os Senhores e as Senhoras pelo trabalho que vêm desenvolvendo. Em meio a tantas críticas, não poderia deixar de reconhecer o empenho de cada um, independente de serem ou não Secretário. E em nome da Mesa Diretora, gostaria de parabenizar cada um, pessoas com quem já teve o prazer de trabalhar em outros momentos. E que Deus os abençoe e os ajude nesta missão tão difícil, tão gratificante para nossa sociedade. E nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidenta, **Dinha Carvalho**, encerrou a presente Sessão Solene, precisamente, às treze horas e quatorze minutos, e convocou uma Sessão Extraordinária para às quatorze horas. E, para constar, eu, *Maria das Graças Alves*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.


Presidente


1º Secretário

2º Secretário

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA E REDAÇÃO

Presidente: Edvaldo Magalhães
Vice-Presidente: Delorgem Campos
Titulares: Fernando Melo, Hélio Lopes, Luiz Gonzaga.
Suplentes: Naluh Gouveia, Elson Santiago, Dinha Carval-
ho, José Luís, Helder Paiva.
Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
E FINANÇAS

Presidente: Helder Paiva
Vice-Presidente: Francisco Viga
Titulares: Juarez Leitão, Edvaldo Magalhães, Luiz Calixto.
Suplentes: Pe. Valmir Figueredo, Elson Santiago, José
Bestene, Delorgem Campos, Luiz Gonzaga.
Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO,
TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA
E MUNICIPALISMO

Presidente: Pe. Valmir Figueredo
Vice-Presidente: Elson Santiago
Titulares: Nogueira Lima, Francisco Viga, Helder Paiva.
Suplentes: Fernando Melo, Edvaldo Magalhães, Tarcísio
Medeiros, José Luís, Luiz Gonzaga.
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Presidente: Juarez Leitão
Vice-Presidente: José Vieira
Titulares: Dinha Carvalho, Roberto Filho, José Bestene.
Suplentes: Hélio Lopes, Naluh Gouveia, Luiz Calixto, No-
gueira Lima, TarcísioMedeiros.
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, FO-
MENTO, AGROPECUÁRIA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente: José Luís
Vice-Presidente: Roberto Filho
Titulares: Fernando Melo, Tarcísio Medeiros, Chagas
Romão.
Suplentes: Juarez Leitão, Edvaldo Magalhães, José
Bestene, Nogueira Lima, Antonia Sales.
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E DESPORTO, SAÚDE PÚBLICA,
LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidente: Naluh Gouveia
Vice-Presidente: Luiz Gonzaga
Titulares: Edvaldo Magalhães, José Luís, Antonia Sales.
Suplentes: Pe. Valmir Figueredo, Elson Santiago, Fran-
cisco Viga, Helder Paiva, Chagas Romão.
Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDA-
DANIA

Presidente: Naluh Gouveia
Vice-Presidente: Dinha Carvalho
Titulares: Edvaldo Magalhães, Chagas Romão, Luiz
Calixto.
Suplentes: Pe. Valmir Figueredo, Elson Santiago, Antonia
Sales, Nogueira Lima, Hélio Lopes.
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Antonia Sales
Vice-Presidente: Elson Santiago
Titulares: Fernando Melo, José Bestene, José Vieira.
Suplentes: Naluh Gouveia, Edvaldo Magalhães, Chagas
Romão, Nogueira Lima, Luiz Calixto.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS
DO CONSUMIDOR

Presidente: Nogueira Lima
Vice-Presidente: Hélio Lopes
Titulares: Naluh Gouveia, Elson Santiago, Tarcísio
Medeiros.
Suplentes: Juarez Leitão, Dinha Carvalho, José Vieira,
Roberto Filho, Francisco Viga.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO
DO ESTADO DO ACRE
Supervisão Geral:
Carlos Augusto Coêlho de Farias
Secretário Executivo
Editado pela:
Subsecretaria de Publicidades
Diretor Responsável:
Carlos Augusto Coêlho de Farias
Inscrição DRT/AC/N. 03/97
Coordenadora de Redação e Revisão de Atas:
Maria Aparecida Jardim Rodrigues
Apoio:
Coordenadoria de Comunicação Social
Composto e Impresso na Gráfica Globo Ltda.
Endereço: Av. Ceará - 3.335.